Reagrupamento Revolucionário



Primeiro trimestre de 2013

Ano III  Nº04

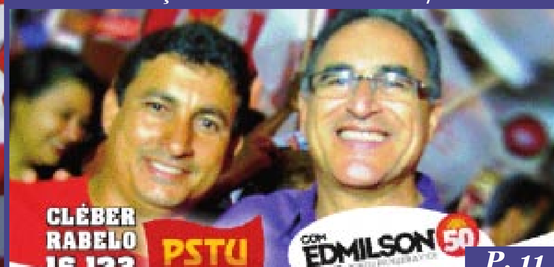
Especial lutas da educação

Síria: as tarefas dos revolucionários & polêmica com a CST



P. 03 e 07

A traição do PSTU em Belém/PA



P. 11

O Conflito Sírio e as Tarefas dos Revolucionários

Por Leandro Torres, setembro de 2012

Há cerca de 18 meses se iniciou um conflito armado envolvendo o regime da Síria, que é chefiado por Bashar Al-Assad e o partido Ba'ath. O regime construído pelo clã familiar Assad, como outros representantes históricos do Ba'ath (como o antigo regime de Sadamm Hussein no Iraque) se baseia largamente no tripé secularismo, regime ditatorial e discurso nacionalista. Contra o caráter ditatorial do regime, tiveram início alguns protestos em março de 2011. Tais protestos foram em grande parte motivados pela influência das mobilizações da chamada "Primavera Árabe". Também devem ser levados em conta os efeitos da crise econômica mundial no país, destacadamente o desemprego e a alta no preço dos alimentos.

Desde o início, tais protestos foram brutalmente reprimidos. Contrariando as expectativas do regime, isso só fez se intensificarem as mobilizações de rua. Passado algum tempo, começaram a ocorrer ataques a prédios governamentais e, após mais de um ano de conflito, os protestos de rua se intensificaram, a oposição ganhou corpo e criaram-se organizações de liderança que incluem até mesmo um braço armado próprio.

Em algumas cidades, principalmente Homs, a oposição organizada conseguiu uma correlação de forças favorável, ainda que não tenham obtido seu controle. Nos locais onde a oposição armada e os protestos de rua contra o regime têm se mostrado mais intensos, as tropas de Assad, junto a grupos paramilitares que o apoiam (as chamadas "shabiha"), têm perpetrado verdadeiros massacres como forma de represália, levando a um alto número de mortes.

Conselho Nacional Sírio: núcleo da oposição organizada

Ao longo desses meses de conflito, os setores organizados em oposição a Assad se unificaram. O **Conselho Nacional Sírio (CNS)** é a coalização que congrega mais setores da oposição, entre eles os chamados **Comitês Locais de Coordenação** e o grupo armado **"Exército Livre da Síria"**. As principais lideranças do CNS possuem um longo histórico de participação em partidos e grupos de oposição (como a **Irmandade Muçulmana**), alguns legais e outros clandestinos, desde antes do conflito. Portanto esse Conselho representa uma coalizão anti-Assad bastante ampla. A maioria de seus líderes encontra-se há algum tempo exilada em países vizinhos, principalmente no Líbano, e é por isso chamada de "oposição no exílio". Além disso, muitos deles possuem laços estreitos com setores da burguesia síria e, principalmente, com representantes de potências imperialistas.

O braço armado do CNS, o "Exército Livre da Síria", é formado por dissidentes das forças armadas do governo, mas relatos afirmam que tais dissidências não afetaram gravemente as mesmas, que ainda mantêm sua cadeia de comando unida em defesa de Assad e de seu regime. Segundo tais relatos, não foram oficiais ligados ao comando das tropas que romperam com Assad, mas sim do ramo técnico – indício de que as forças armadas mantém sua coesão apesar das rupturas **[1]**. Além disso, o ELS (cujos comandantes encontram-se exilados na Turquia) tem encontrado grande dificuldade para se tornar um corpo bem estruturado, tanto em termos organizativos quando no que tange a treinamento e equipamentos. Não obstante, suas tropas vêm recebendo armas dos governos da Turquia, Quatar e Arábia Saudita **[2]**, integrantes do chamado "Amigos da Síria" – um bloco de governos árabes anti-Assad, com participação das potências imperialistas.

Já os Comitês Locais de Coordenação, importante fator no conflito, permanecem ainda cercados de certo mistério, uma vez que parte considerável de sua organização se dá de forma clandestina. Desde cedo, eles têm atuado largamente em transmitir notícias do conflito através de seu site (lccsyria.org), mas também possuem envolvimento na convocação e organização dos protestos de rua que têm ocorrido em algumas das grandes cidades. Seus representantes são jovens militantes, muitos dos quais já participavam de algum tipo de grupo de oposição antes do conflito armado ter início. O caráter de tais atos de rua tem sido abertamente pacífico, em um claro intuito de se diferenciar da oposição armada e também de evitar a repressão direta do regime de Assad – o que não tem se provado uma tática eficaz. Os Comitês não são uma organização centralizada nacionalmente, mas sim a soma de diversas células autônomas espalhadas pelo país **[3]**.

O CNS certamente é um bloco diversificado, porém é inegável que ele possui um ***caráter de classe burguês***, que acaba sobressaindo sobre as possíveis diferenças internas e determinando seu programa político geral. Ele é decisivamente comprometido a defender a ordem burguesa

Índice

O Conflito Sírio e as Tarefas dos Revolucionários **[p. 03]**
O Morenismo e a Posição da CST na Síria **[p. 07]**
PSTU "justifica" seu bloco com PSOL e PCdoB **[p. 11]**
Por Uma Greve Geral de Verdade na Educação **[p. 17]**
Para Além dos "10% do PIB já" **[p. 20]**
Lutas Estudantis Engolem o Brasil (1977) **[p. 21]**
Sobre os Recentes Eventos no Paraguai **[p. 25]**

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com
Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro:
reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

do capitalismo sírio. Um de seus diversos "braços" deixa claro tal caráter de classe. Criado em 8 de março, o "Conselho Sírio de Negócios" se auto define como "*uma ampla coalizão de empresários e empresárias que decidiram tomar uma firme posição contra o regime de Assad e oferecer um forte comprometimento em assegurar a estabilidade financeira para uma transição segura para fora de seu regime.*" **[4]**.

Sendo um grupo opositor cuja política se define pelos interesses de setores da burguesia síria, o CNS também se demonstra fundamentalmente pró-imperialista. Apesar de hipocritamente afirmar entre seus princípios a "*proteção da independência e da soberania nacional, e a rejeição de intervenção militar estrangeira*", o Conselho declarou em junho que:

> "… urge ao Conselho de Segurança da ONU convocar uma reunião de emergência para discutir os fatores que levaram ao massacre ocorrido [em Homs] na presença dos observadores das Nações Unidas… O CNS declarou que considera a comunidade internacional primariamente responsável por tomar decisões que poderiam proteger o povo sírio. Uma dessas decisões seria levar à frente uma resolução do Capítulo 7 [da Carta das Nações Unidas] que permitiria o uso da força para proteger o povo sírio dos crimes do regime de Assad."
>
> ***CNS Demanda Por Intervenção Urgente da ONU e Declara 3 Dias de Luto*, Disponível, em inglês, em:** http://www.syriancouncil.org/en/news/item/680-urgent-un-intervention-and-declares-a-3-day-national-mourning.html

Requisitar que seja aplicado ao país o capítulo 7 da "Carta das Nações Unidas" e chamar a ONU para que faça "uso da força" significa nada menos do que pedir por uma intervenção armada no país. Uma intervenção desse tipo daria abertura para que as potências imperialistas utilizassem suas forças militares para derrubar Assad, mascarando a ação como uma "intervenção humanitária" no estilo da que vimos acontecer na Líbia, e que terminaria por fortalecer a dominação do capital imperialista no país.

A ameaça de uma intervenção armada do imperialismo

Entretanto, imersos em uma complicada crise econômica e ainda arcando com os custos de guerras ou ocupações lançadas contra outros países semicoloniais, os imperialismos norte-americano e europeu não atenderam de imediato a esses chamados do CNS.

O próprio presidente da comissão de observadores da ONU enviada para investigar o massacre ocorrido na cidade de Houla, o brasileiro Paulo Pinheiro, reiterou em diversas entrevistas que "*A Síria não uma Líbia*", afirmando também que "*O Exército da Síria tem 300 mil homens. Só para você ter uma ideia, este é o número das Forças Armadas Brasileiras, só que nós somos 200 milhões de pessoas.*" **[5]**. Por essa declaração, fica claro que uma intervenção imperialista geraria altos custos, humanos e financeiros, os quais os Estados imperialistas até esse momento, apesar de tomarem diplomaticamente a defesa da oposição síria, tiveram receio de lançar devido aos seus riscos políticos e militares.

Além da questão militar, há de se levar em conta que "a Síria não é uma Líbia" também no que diz respeito às suas reservas naturais. O país não possui o mesmo potencial de extração de petróleo e outras matérias primas que tanto aguçam os apetites imperialistas, fazendo com que uma intervenção direta não apresente o mesmo tipo de retorno financeiro do que o visado na Líbia.

Outro fator importante são as relações comerciais que o regime de Assad mantém com a Rússia e a China. A Rússia, por exemplo, possui importantes contratos de fornecimento de equipamento militar que rende lhe enormes lucros. Consequentemente, tais países vetaram sistematicamente resoluções de sanções econômicas e outras posturas mais agressivas contra seu parceiro comercial no Conselho de Segurança da ONU, bloqueando a possibilidade de uma intervenção "legal" **[6]**. Esse impasse tem limitado a ONU a enviar missões de observação, enquanto os "Amigos da Síria" cuidam de providenciar suporte ao CNS por debaixo do pano.

Assim, sem um apoio financeiro e militar direto do imperialismo e com um "Exército Livre" em grande parte mal articulado e mal treinado frente a uma poderosa e ainda coesa máquina estatal, o CNS não obterá uma vitória semelhante àquela que o "Conselho Nacional de Transição", apoiado pela intervenção armada da OTAN, atingiu na Líbia contra o regime ditatorial de Kadaffi. Não à toa, mesmo passado mais de um ano do início do conflito, a ditadura de Assad se mantém firme no poder, enquanto o CNS/ELS tem logrado amargas derrotas.

Mas, independente da momentânea indisposição do imperialismo para uma agressão armada contra a Síria, os trabalhadores com consciência de classe em todos os países devem dizer ***Imperialistas: tirem as mãos da Síria!*** Pois uma intervenção desse tipo em um país que já é subordinado ao capital imperialista



Bombardeio da OTAN sobre a Líbia em outubro de 2011: é uma tarefa essencial da esquerda revolucionária se contrapor às ameaças imperialistas contra nações oprimidas e impedir que o mesmo se repita na Síria (blog Lybian Free Press).

só faria intensificar a exploração do proletariado em uma nação oprimida. Se os imperialistas intervierem militarmente para apoiar o CNS/ELS, nossa atitude no conflito será tomar o lado militar da nação oprimida, desejando a derrota (ainda que pelas mãos do governo Assad) dos imperialistas e de seus apoiadores nativos.

Nenhum apoio à oposição burguesa do CNS e ao seu "Exército Livre"!

Frente ao impasse no conflito e às dificuldade enfrentadas pela oposição liderada pelo CNS, a ONU tem buscado sistematicamente firmar acordos para uma transição compactuada, que retire Assad do poder, mas mantenha os principais pilares econômicos e militares de seu regime intactos **[7]**.

A luta do CNS contra Assad se pauta por um programa ***burguês***, onde as alas da burguesia síria nele representadas se enfrentam com Assad em busca de um regime que melhor atenda às suas necessidades. Sob o manto da luta pela democracia e buscando demagogicamente se apoiar nas aspirações justas daqueles que têm tomado as ruas desejando uma vida melhor, o CNS e a "oposição no exílio" nada mais buscam do que uma forma mais eficaz, a seu ver, de explorar o proletariado sírio. Aproveitam-se de um clima generalizado de protestos pró-democracia na região para evitar que a classe trabalhadora tome consciência de seus interesses objetivos e vá além do domínio do capital.

A empreitada liderada pelo CNS não é pela "democracia", mas sim pela gestão do Estado burguês e pelo atendimento de seus interesses próprios enquanto fração da classe dominante, não importando tanto se isso se dará sob uma máscara democrática ou ditatorial. Portanto, ***as investidas políticas e militares do CNS contra o governo Assad não merecem o menor apoio ou simpatia por parte do proletariado***. Elas estão a serviço de um projeto igualmente explorador e submetido às burguesias imperialistas, não obstante a sua demagógica fachada de "luta pela democracia".

O caráter armado do conflito não impõe a defesa de algum dos campos armados em luta, mas apenas a obrigação de combater politicamente ambas as frações dessa disputa onde somente estão em jogo os interesses estreitos da burguesia síria. ***A tarefa atualmente posta na Síria é a criação de movimento da classe trabalhadora que se contraponha aos interesses da burguesia e tome para si a defesa da democracia e do socialismo.***

Portanto, não obstante o caráter altamente reacionário e violento do regime de Assad, os "rebeldes" do "Exército Livre" comandado pelo CNS não merecem nenhum apoio por parte do proletariado sírio e dos revolucionários. Tampouco o merecem os "Comitês Locais", aparentemente mais à esquerda que a "oposição no exílio" à frente do CNS. Os "Comitês", ao estarem organizando massivos protestos de rua, poderiam apresentar um caráter progressivo *apenas se fossem instrumentos que atuassem de forma independente da burguesia*. Mas ao integrarem o CNS, submetendo-se ao seu programa, acabam indo a reboque deste e de seus projetos – tal qual os "rebeldes" armados.

As tarefas colocadas para os revolucionários

Uma luta consequente em torno da democracia e da libertação nacional da Síria implica, necessariamente, o choque com os interesses do capital nacional e imperialista, que foram os responsáveis pela manutenção do regime ditatorial por tantos anos. Uma transição pactuada ou dirigida pelo CNS, mesmo que esse seja encabeçado por elementos burgueses que se opõem ao regime de Assad, tratará de manter a exploração da classe trabalhadora e a continuidade de uma série de aparatos repressivos, que permanecerão voltados contra o proletariado – a única classe que realmente representa uma ameaça aos seus interesses.

Encaramos assim, que a tarefa colocada para os revolucionários na Síria é de intervir em todos os protestos de rua pró-democracia que tenham um caráter mais à esquerda, buscando convencer a juventude e demais elementos que se inspiram nos "Comitês Locais de Coordenação" de que o CNS e seus braços auxiliares não são capazes de garantir uma verdadeira democracia, além de buscar prioritariamente expandir esse convencimento ao proletariado.

Concretamente, se faz necessário proteger os protestos de rua contra os massacres de Assad, através da urgente organização de **comitês de autodefesa dos trabalhadores**. A defesa dos protestos contra os ataques do ditador é uma medida básica para garantir o direito da classe trabalhadora e outros setores oprimidos de se reunir, discutir política e lutar contra o governo. Mas essa defesa deve ser feita com os métodos independentes do proletariado, e combinada com uma campanha implacável de denúncia contra o CNS, e de sua meta proimperialista, como parte de uma luta mais ampla para ganhar o proletariado sírio para um programa de ruptura com o capitalismo.

Está na ordem do dia começar a construção de uma organização revolucionária dos trabalhadores da Síria. Este partido deverá ser o núcleo de uma luta verdadeiramente revolucionária dos trabalhadores do país, capaz de pautar a luta pelo fim do capitalismo através do enfrentamento aos efeitos da crise econômica sobre os trabalhadores sírios, visando uma melhoria radical das suas condições de vida, tornando o proletariado a classe dominante. Um partido que lute pela construção de uma revolução socialista, e não de uma variante do regime burguês.

Opressão nacional e religiosa

Duas outras questões importantes impõem-se ainda no conflito sírio e merecem grande atenção dos revolucionários. Elas dizem respeito a formas específicas de opressão que acabam por dividir a luta dos trabalhadores em marcos sectários e, consequentemente, são instrumentalizadas pela burguesia no intuito de se fortalecer enquanto classe dominante.

Na síria existem diversas seitas ligadas ao credo



Curdos protestam no norte da Síria, onde têm angariado certa autonomia graças à desorganização gerada pelo conflito armado. As bandeiras da foto utilizam o mesmo símbolo do movimento por independência surgido nos anos 1920, quando os curdos eram parte do Império Otomano (worldnewstribune.com).

islâmico. A elite governante é largamente ligada à facção alauíta, um subgrupo dos muçulmanos xiitas que são minoria no país (cerca de 10% da população), e defensores de uma forma de governo mais próxima da laicidade. Já o CNS é majoritariamente composto por muçulmanos sunitas, seita que congrega a maior parte da população. Através da Irmandade Muçulmana, uma das maiores forças dentro do Conselho, este acaba se ligando à defesa fundamentalista de que a legislação do país esteja de acordo com a Sharia, um código de leis dentro do islã – uma posição intrinsicamente reacionária **[8]**.

Como consequência do conflito entre tais seitas, os "rebeldes" ligados ao CNS vêm perpetrando atos de perseguição religiosa contra membros de outros credos nas cidades onde têm atingido maior expressão, visando impor uma supremacia sunita **[9]**. A minoria cristã presente no país, por exemplo, tem demonstrado amplo apoio à Assad, alegando medo de que um provável governo sunita libere uma onda de perseguição religiosa **[10]**. Como esses senhores do CNS podem ser "defensores da democracia", ou diferentes de Assad, se sequer defendem uma Constituição laica?

Isso só reforça o papel reacionário que as religiões tendem a cumprir no contexto da luta de classes. Elas obscurecem a consciência do proletariado enquanto classe e o dividem em grupos opostos com base em marcos alheios aos seus interesses objetivos, que acabam por aproximá-los da burguesia e apagar suas diferenças de interesses, fortalecendo assim o capital. Por isso é fundamental que os revolucionários ensinem aos trabalhadores que eles são *irmãos de classe* independente de qualquer credo e que seu único inimigo verdadeiro é a burguesia, garantindo a segurança daqueles que têm sido atacados por conta de sua crença. E mais do que isso, os revolucionários devem combater as diversas formas de ideologias obscurantistas propagadas pelas religiões, uma vez que apenas uma compreensão materialista da realidade é capaz de levar a um programa político coerente e correto.

Há também uma opressão de caráter nacional na Síria. Uma parte da população se identifica enquanto um grupo nacional à parte, os curdos. Estes sistematicamente tiveram sua nacionalidade negada através de um processo de assimilação forçada, que buscou e continua a buscar a supressão da sua identidade através da proibição da sua língua e de outras manifestações culturais próprias.

Devido à existência de tal opressão, as próprias lideranças burguesas da oposição curda à Assad deixaram o CNS em 6 de abril, por não se sentirem contempladas dentro da hierarquia de decisões do Comitê **[11]**. Tais lideranças, assim como os demais setores burgueses, não merecem confiança do proletariado, pois só estão interessadas em manter a exploração econômica dos trabalhadores curdos, o que reforça a necessidade de uma via classista para assegurar uma democracia real no país, que seja capaz de acabar com essa opressão nacional.

Para ganhar a confiança dos trabalhadores curdos da Síria, é fundamental que os revolucionários lutem por seus **direitos nacionais**, ao mesmo tempo em que lutam para que estes tenham os mesmos direitos e condições sociais que os demais trabalhadores sírios. Mas essa batalha deve se dar em conjunto com uma denúncia dos interesses do nacionalismo burguês, que são antagônicos aos dos trabalhadores.

A atualidade da Teoria da Revolução Permanente

A incapacidade da oposição burguesa à ditadura de Assad de garantir o estabelecimento de uma democracia verdadeira, que contemple os direitos nacionais da minoria curda, que garanta a liberdade religiosa aos diferentes credos e também um Estado laico, e que rompa com a dominação imperialista sobre o país, demonstra a enorme atualidade da **Teoria da Revolução Permanente** formulada por Leon Trotsky:

> "Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas."
>
> ***A Revolução Permanente*, Leon Trotsky. Disponível em:**
> http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm
>
> "Para os partidos revolucionários dos países atrasados da Ásia, América Latina e África, a compreensão clara da relação orgânica entre a revolução democrática e a revolução socialista internacional é uma questão de vida ou morte."
>
> ***90 Anos do Manifesto do Partido Comunista,***

Leon Trotsky. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/10/30.htm

A vinculação estrutural da débil burguesia síria ao imperialismo faz com que essa seja incapaz de garantir direitos democráticos e de independência nacional frente ao capital imperialista. A burguesia síria, inclusive os seus setores organizados no CNS, não só não deseja uma "revolução democrática", como objetivamente não pode se dedicar a uma. Como já afirmamos, uma transição do regime de Assad dirigida pelo CNS ou qualquer outro setor burguês não daria conta de resolver nenhum dos problemas democráticos e nacionais da Síria, pois para isso seria necessário um ataque feroz a muitos dos pilares do capitalismo no país: a submissão ao capital imperialista, a opressão nacional aos curdos, a opressão aos diferentes credos religiosos e a democratização do acesso à terra.

Para os países que se industrializaram de forma extremamente tardia, em um cenário de integração a um mercado capitalista mundial, a força social que mantém tais resquícios de arcaísmo no país é uma burguesia nacional organicamente vinculada ao capital imperialista e dele dependente.

Cabe ao proletariado, portanto, implementar tais tarefas democráticas e nacional-libertadoras. A derrubada do regime sírio só vai ser capaz de solucionar as tarefas democráticas e nacionais pendentes no país se significar também a derrubada da classe burguesa, que permitiu a um tirano como Assad governar durante tanto tempo. Caso contrário, a esperança dos trabalhadores sírios não será materializada em conquistas democráticas e sociais, mas desviada para um pântano de ilusões no CNS, e as massas oprimidas serão enganadas pelos novos candidatos a tiranos, que tratarão de logo de garantir a sua dominação do país e a satisfação dos seus interesses burgueses.

Expropriar a burguesia e construir um governo direto dos trabalhadores é a única saída viável para garantir uma democracia real na Síria, conectando a luta democrática com a luta pelo socialismo de forma direta e ininterrupta.

NOTAS

[1] *Intervenção militar na Síria será catastrófica*. O Globo, 2 de junho de 2012.

[2] *Munição para a guerra civil síria*. O Globo, 14 de junho de 2012.

[3] *Coalition of Factions From the Streets Fuels a New Opposition in Syria*. http://www.nytimes.com/2011/07/01/world/middleeast/01syria.html?pagewanted=all

[4] Conferir descrição do Conselho Sírio de Negócios, em inglês, em: http://www.syriancouncil.org/en/press-releases/item/601-snc-supports-the-formation-of-the-syrian-businessmen-council.html

[5] *Intervenção militar na Síria será catastrófica*. O Globo, 2 de junho de 2012.

[6] *O que acontece na Síria é uma guerra civil?* Disponível em: http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/1104406-o-que-acontece-na-siria-e-uma-guerra-civil.html

[7] *Líderes propõem órgão de transição na Síria, com governo e oposição*. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lideres-propoem-orgao-de-transicao-na-siria-com-governo-e-oposicao,893950,0.htm

[8] *A Irmandade Muçulmana é a principal força política da oposição síria e o pior inimigo de Assad*. Disponível em: http://m.noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia/2012/04/05/a-irmandade-muculmana-e-a-principal-forca-politica-da-oposicao-siria-e-o-pior-inimigo-de-assad.htm

[9] Relatório de observadores da ONU relata que "*(...) a Comissão registrou um número crescente de incidentes nos quais as vítimas parecem ter sido alvos de ataques por seu grupo religioso*". Trecho disponível em: http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/06/investigacao-da-onu-revela-aumento-da-violencia-sectaria-na-siria-em-crise.html

[10] *Família cristã expulsa de Homs apoia ditador*. O Globo, 6 de junho.

[11] *Kurdish opposition quits Syrian National Council*. Disponível, em inglês, em: http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2012/Apr-06/169407-kurdish-opposition-quits-syrian-national-council.ashx#axzz1y6bNBvWV



Movimento dirigido pela oposição burguesa ou "revolução democrática"?

O Morenismo e a Posição da CST (UIT) na Síria

Por Leandro Torres, outubro de 2012

Recentemente publicamos uma declaração **[1]** sobre o conflito que vem se desenvolvendo na Síria entre a ditadura de Bashar al-Assad e as tropas armadas da oposição burguesa organizada no Conselho Nacional Sírio (CNS), que tenta se impor enquanto uma liderança para o país. Em nossa declaração, insistimos na importância fundamental de organizar um movimento da classe trabalhadora, em oposição a todos os setores da burguesia — inclusive os rebeldes dirigidos pelo CNS. Compartilhamos imenso ódio contra a ditadura burguesa de Bashar, mas acreditamos que a vitória de um movimento armado dirigido pela oposição burguesa da Síria não pode representar nenhum tipo de interesse (nem democrático e nem social) para classe trabalhadora.

A Unidade Internacional dos Trabalhadores (UIT) e sua seção brasileira, a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) – corrente interna do PSOL à qual é ligado o ex-parlamentar Babá – defendem uma política bem diferente disso. A explicação para essa divergência está no abismo existente entre o programa trotskista e o programa

formulado e defendido historicamente pelo dirigente argentino Nahuel Moreno. A UIT surgiu em 1995, a partir de um racha na Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), a organização internacional dirigida pelo PSTU e fundada por Moreno. A própria CST é um racha mais tardio do PSTU brasileiro e segue reivindicando o legado teórico de Moreno.

A "revolução democrática" morenista

Esse conceito é uma pedra angular da teoria revisionista criada por Nahuel Moreno para justificar seus próprios ziguezagues oportunistas. Em seu livro *As Revoluções do Século XX* (1984), Moreno realiza uma verdadeira distorção do conceito de revolução, para encaixá-lo em suas próprias necessidades de enxergar nas lutas contra as ditaduras da América Latina (então em desenvolvimento) possíveis "revoluções democráticas triunfantes" que teriam sido lideradas por setores da burguesia. O conceito de revolução defendido por Moreno acaba por esvaziá-lo de seu conteúdo classista e revolucionário:

> "O que Trotsky não colocou, apesar do paralelo que fez entre o stalinismo e o fascismo, foi que também nos países capitalistas era necessário fazer uma revolução no regime político: destruir o fascismo para reconquistar as liberdades da democracia burguesa, ainda que fosse no terreno dos regimes políticos da burguesia, do Estado burguês. Concretamente, não colocou que era necessária uma revolução democrática que liquidasse o regime totalitário fascista, ***como parte ou primeiro passo do processo até a revolução socialista***, e deixou pendente este grave problema teórico."
>
> **— *As Revoluções do Século XX*, Nahuel Moreno, 1984 (ênfase nossa).**

Delineando uma estratégia semietapista para o combate às ditaduras em geral e a realidade latino-americana da época em particular, Moreno precisou falsificar deliberadamente o pensamento de Trotsky, que foi muito claro ao lidar com a questão das tarefas dos revolucionários frente a uma ditadura burguesa (no caso, o fascismo). O programa trotskista encarava que a derrubada de ditaduras burguesas deveria se dar através de uma revolução proletária, capaz de erguer um Estado da classe trabalhadora, e de expropriar inclusive os setores "democráticos" da burguesia. Ou seja, nada de "revolução no regime político" como "primeiro passo do processo até a revolução socialista". O pensamento de Trotsky e da Quarta Internacional eram justamente a antítese de todo e qualquer etapismo:

> "Isso significa que a Itália [fascista] não pode, por certo tempo, novamente se tornar um Estado parlamentar ou se tornar uma 'república democrática'? Eu considero – em perfeito acordo com vocês, eu acho – que essa eventualidade não está excluída. Mas então, não seria fruto de uma revolução burguesa, mas sim ***o aborto de uma revolução proletária insuficientemente madura e prematura***. No caso de uma profunda crise revolucionária e de batalhas de massas no curso das quais a vanguarda proletária não tome o poder, possivelmente a burguesia irá restaurar seu domínio sobre bases 'democráticas'."
>
> **— *Problems of the Italian Revolution*, Leon Trotsky, 1930 (ênfase nossa). Disponível em inglês em:** http://www.marxist.com/problems-italian-revolution-trotsky1930.htm

Já Moreno preferiu definir como "revoluções vitoriosas" processos políticos hegemonizados pela burguesia, deixando o programa da revolução proletária para os dias de festa e defendendo vergonhosamente a necessidade de uma etapa ("primeiro passo") democrático-burguesa que precedesse a revolução socialista na luta contra regimes ditatoriais burgueses. Durante essa luta, caberia aos morenistas apoiar os movimentos dirigidos por forças burguesas e leva-las ao poder, deixando para um futuro incerto a necessidade concreta da revolução socialista. Na realidade, portanto, essa "revolução democrática" no regime burguês, a ser liderada por partidos de outras classes, nada mais é do que uma receita para manter o proletariado iludido de que está conquistando "vitórias revolucionárias" enquanto na verdade permanece sob o domínio da burguesia e do imperialismo.

As tarefas revolucionárias na Síria e a posição da CST

No que tange às tarefas revolucionárias na Síria, defendemos em nossa declaração a necessidade de criar um amplo movimento do proletariado, politicamente independente das forças burguesas. Através de demandas transitórias, caberia a esse movimento combinar um combate aos efeitos da crise econômica (como o crescimento do desemprego e do preço dos alimentos), com uma luta consequente por liberdades democráticas e pelo socialismo. Apontamos também que a burguesia síria está umbilicalmente ligada ao "arcaísmo" existente hoje no país, cuja face mais evidente é o fundamentalismo religioso de muitas de suas frações e a submissão política e dependência estrutural de toda essa classe com relação às burguesias imperialistas. O sucesso de uma luta pelos direitos democráticos na Síria, que incluem a emancipação das mulheres, da minoria curda, a distribuição da terra e a libertação do país contra o imperialismo passam necessariamente pela expropriação dos capitalistas.

A direção da UIT às vezes cria a impressão de que defende os mesmos princípios gerais que acabamos de expor. Por exemplo:

> "Fraternalmente nós dizemos ao heroico povo sírio que apenas um governo baseado em suas próprias

organizações insurgentes de base, como os Comitês Locais de Coordenação e organizações operárias e populares, o rechaço à intervenção imperialista e a ruptura e expropriação do imperialismo e do clã de Assad, pode leva-los a conquistar seus objetivos democráticos e sociais de fundo."

— *Siria: ¡basta de masacres al pueblo!*, de março de 2012. Disponível em espanhol em: http://www.uit-ci.org/index.php/noticias-y-documentos/revolucion-arabe/2-siria-ibasta-de-masacres-al-pueblo

Porém, analisando com mais cautela tal declaração, logo ficam evidentes duas importantíssimas diferenças. A primeira delas diz respeito aos Comitês Locais de Coordenação, que a UIT chama a comporem um governo junto a "organizações operárias e populares". A princípio, um governo composto de "organizações operárias e populares" poderia ser entendido enquanto um governo direto dos trabalhadores – um governo de tipo soviético, assentado sobre um Estado proletário. Mas acontece que os "Comitês Locais", que vêm transmitindo notícias sobre os conflitos e ajudando na convocação e organização dos atos de ruas, compõem a coalização da oposição burguesa proimperialista, o citado Conselho Nacional Sírio.

Nesse sentido, esse órgão está politica e organizativamente submetido à mesma burguesia que tem pedido repetidamente para que a ONU realize um intervenção armada no país, o que só serviria para apertar ainda mais a corda imperialista que já sufoca o pescoço do povo sírio. Um governo composto por tal organização seria, necessariamente, não um governo direto dos trabalhadores, mas o governo de um braço subordinado do CNS.

Considerando que a UIT compôs no último 1º de maio uma reunião de "solidariedade internacional ao povo sírio e à revolução", realizada em Regueb (Tunísia) **[2]**, não podemos ter dúvidas que estes não sabem dessa submissão dos "Comitês Locais" ao CNS. Como veremos mais adiante, seu apoio aos "Comitês", a "ala esquerda" do CNS burguês, não é um equívoco derivado da falta de informações, mas sim uma política consciente.

Quanto à segunda diferença, essa diz respeito à tarefa revolucionária de se expropriar a burguesia enquanto classe. A declaração da UIT chama pela "expropriação do imperialismo e do clã de Assad", o que sem dúvidas colocaria nas mãos do proletariado importantes recursos agrônomos, industriais e tecnológicos. Mas e quanto à burguesia nativa que não é parte do "clã Assad"? Acaso os empresários proimperialistas do CNS merecem o perdão do proletariado por anos de conivência com Assad e de exploração dos trabalhadores só porque decidiram deflagrar um conflito armado e governar por si próprios o país?

A ausência de um chamado claro para a expropriação de toda a burguesia síria (incluindo os supostos "líderes" burgueses da suposta "revolução"), somada ao apoio aos "Comitês Locais de Coordenação" nos diz muito sobre a posição da UIT na Síria. Essa posição só faz sentido se sairmos do campo do trotskismo e nos embrenharmos na oportunista tradição morenista.

A UIT, embora criticando os líderes do CNS, disfarça o caráter burguês do movimento armado que ele dirige na luta pelo poder. Esse malabarismo não é ao acaso: serve para disfarçar o apoio dado pela UIT a esse movimento, com a esperança de que ele represente um "primeiro passo" para a vitória da classe trabalhadora. Considerando implicitamente que o conflito na Síria seria uma "revolução democrática" contra um regime ditatorial, a UIT:

> "(...) chama a mais ampla unidade de ação mundial, a todos os sindicatos, movimento populares, correntes de esquerda, democráticas e anti-imperialistas para parar os massacres e apoiar incondicionalmente a rebelião popular para derrubar a ditadura de Al Assad. Reivindicamos dos governos a ruptura de relações com a ditadura síria. Convocamos a repudiar todo intento de intervenção imperialista! Que os povos e a juventude dos países árabes, em especial do Egito, Líbia e Tunísia, se mobilizem para exigir de seus governos que enviem armas e voluntários ao povo rebelde sírio!"

Seguindo a lógica de que o conflito sírio é uma "revolução" ao estilo morenista, não se faz necessário falar em classes, mas sim em "povo sírio" em geral (que aliás, não parece incluir a minoria curda e também minorias religiosas que temem e desconfiam da oposição). Não vale a pena compreender qual força de classe é a direção política do movimento oposicionista, ou qual é o seu programa, mas sim "apoiar incondicionalmente a rebelião popular". Não vale a pena defender a criação de um movimento proletário politicamente independente da oposição burguesa e de seus braços, como os Comitês Locais de Coordenação, mas sim "exigir dos governos que enviem armas e voluntários ao povo rebelde sírio".

Marxistas não agem dessa forma. Frente a todo e qualquer processo de luta, analisamos as classes envolvidas. No caso da Síria, os setores diretamente em



Protesto ocorrido em fevereiro de 2012: a popularidade de um movimento não é critério para que os revolucionários o apoiem ou não (article.wn.com).

luta são a odiosa oposição burguesa proimperialista do CNS, que dirige o movimento rebelde, e a igualmente odiosa burguesia ditatorial representada por Assad. Defendemos um programa próprio do proletariado. Por isso dizemos claramente que a vitória de qualquer um dos lados burgueses não significa nenhum "passo" ou um avanço com relação à perspectiva revolucionária.

A nota de um grupo com o qual a UIT mantém relações fraternais e que foi reproduzida no seu site, indicando uma concordância política em termos gerais, corretamente reconhece que:

> "A falta da intervenção ativa da classe trabalhadora na revolução e a carência de uma direção política revolucionária cria uma situação de 'empate' e faz com que os que buscam uma saída em uma intervenção do imperialismo ganhem terreno dentro da oposição."
>
> **—** *La ONU y Bashar contra la revolución Siria*, de abril de 2012. Disponível em espanhol em: http://uit-ci.org/index.php/noticias-y-documentos/noticias-internacionales/54-la-onu-y-bashar-contra-la-revolucion-siria

Entretanto, a ausência da classe trabalhadora organizada e a falta de sua "intervenção ativa" não impedem que a UIT considere o processo como "revolucionário". Então qual classe "revolucionária" está à frente de um processo caracterizado como tal? Apesar de criticar o CNS, a UIT parece tirar a conclusão de que um movimento "sem a intervenção ativa da classe trabalhadora", que age sob o seu programa burguês, segue a sua liderança e nutre ilusões nas suas promessas, poderia representar os interesses revolucionários da classe trabalhadora.

Seguindo a cartilha morenista, a UIT se coloca do lado da oposição burguesa liderada pelo CNS, caracterizando seu movimento como "revolução", e não tira dessa situação de guerra civil a conclusão da necessidade urgente de construir um partido revolucionário, capaz de levar as massas trabalhadoras a cumprir um papel protagonista em uma luta contra a ditadura burguesa e também em oposição ao CNS pró-imperialista. Esse seria o único processo, diferentemente do atual, merecedor do nome de revolução. Na nota dos colaboradores internacionais da UIT, afirma-se que:

> "Construção de comitês de solidariedade com a Revolução síria; cooperação destes comitês de solidariedade com os Comitês Locais de Coordenação, que são auto-organizações de massas que lideram as mobilizações; fornecimento de armas, munição e material de saúde para as forças revolucionárias; daria um impulso enorme à Revolução síria."
>
> — *Idem.*



Tropas do CNS: os "rebeldes" são, em sua maioria, opositores armados pelo bloco de países burgueses denominado "Amigos da Síria", incluindo os EUA (thelevantpost.com).

Da mesma forma que seus companheiros da UIT, o "Comitê Internacional de Enlace" **[3]** que assina tal nota embeleza os "Comitês Locais" submissos ao CNS, defende o fortalecimento das "forças revolucionárias" armadas (que não podemos entender senão enquanto o fortalecimento do Exército Livre da Síria, braço armado do CNS financiado por países burgueses vizinhos e potências imperialistas) e secundariza ou mesmo ignora a necessidade de um partido revolucionário e mesmo de um proletariado que se diferencie politicamente da burguesia e das "massas" em geral.

Diferente da UIT, nós nos baseamos no legado de Leon Trotsky, e não no de Moreno, opostos pela raiz. Para nós na Síria hoje, um governo do CNS ou mesmo da sua "ala esquerda", os Comitês de Locais de Coordenação, não seria senão "o aborto de uma revolução proletária insuficientemente madura e prematura". Uma vez no poder, estes dirigentes burgueses virariam as armas do seu Exército "Livre" contra qualquer um que ousasse organizar uma oposição proletária e falar em expropriação da burguesia ou ruptura com o imperialismo. Traição e derrota: é exatamente isso que espera o proletariado sírio no caso de este apoiar uma vitória do CNS, seja este a governar diretamente, ou mesmo os Comitês Locais de Coordenação a ele subordinados. A UIT, como tantos outros grupos na esquerda, está preparando o clima para que os trabalhadores sírios sejam arrastados a uma armadilha.

NOTAS

[1] Conferir *O Conflito Sírio e as Tarefas dos Revolucionários,* de setembro de 2012. Disponível na página 3 desse número.

[2] Conferir *Llamamiento de Regueb-Tunez en apoyo al pueblo sirio*. Disponível em espanhol em: http://www.uit-ci.org/index.php/noticias-y-documentos/revolucion-arabe/64-llamamiento-de-regueb-tunez-en-apoyo-al-pueblo-sirio

[3] Composto pelos grupos Luta Internacionalista, da Espanha, e Frente Operária, da Turquia.



PSTU "justifica" seu bloco com PSOL e PCdoB

A Frente de Belém na Lógica do Morenismo

Por Rodolfo Kaleb, agosto de 2012

Prevendo que a sua aliança eleitoral com o PCdoB seria rechaçada por setores da sua própria militância, a direção do PSTU escreveu uma nota tentando justificar a sua ação oportunista de se aliar com este partido e com o PSOL nas eleições para a prefeitura de Belém do Pará. O rompimento de quatro militantes do PSTU no Maranhão em cima disso, militantes que há cerca de um ano haviam rompido com o PSOL por condenar esse mesmo tipo de aliança mostra que o bloco com o PCdoB será um sapo difícil de engolir para a militância de um partido que tenta se passar pelo representante brasileiro do legado de Lenin e Trotsky.

O programa da frente de Belém

Em primeiro lugar, não pode haver dúvidas de que a frente eleitoral de Belém ("Belém nas Mãos do Povo") é uma frente com um discurso reformista, que busca a colaboração de classes e se propõe a administrar do Estado dos patrões. Fica evidente, ao analisarmos seus representantes e seu programa, assim como a disposição dos seus líderes em receber apoio da burguesia, que essa frente deve ser caracterizada como uma frente popular embrionária, que apesar de não ter conseguido apoio de grandes partidos burgueses, está disposta a colaborar com os patrões e quer o seu apoio. Em outras palavras, uma frente popular "com a sombra da burguesia".

Quem a encabeça é Edmilson Rodrigues do PSOL, que quando era do PT foi prefeito da cidade entre 1997 e 2005. Em uma entrevista que Edmilson deu ao blog ***Ponto de Pauta*** fica claro o seu projeto de governar em aliança com o empresariado "honesto":

> "P [Entrevistador do Ponto de Pauta]: O PSOL vai impor alguma restrição para o recebimento de doações de campanha. O partido não causa certo temor aos empresários?"
>
> "R [Edmilson Rodrigues]: Não causa. O PSOL é um partido simpático. A Heloísa Helena é aquela mistura de religiosidade, honestidade, aguerrimento."
>
> "P: Mas isso se traduzirá em doações de campanha?"
>
> "R: O PSOL é a referência da militância aguerrida que faz campanha sem precisar receber dinheiro e, ao mesmo tempo, é uma militância alegre, festiva. O PSOL é a expressão do movimento social, autêntico, combativo, mas se você conversa com o empresariado de Belém, pode ouvir 'não sou PSOL, mas tenho respeito pelo Edmilson'. Agora se você me perguntar se vou aceitar todo tipo de apoio, eu digo que não. De multinacionais envolvidas com a destruição da Amazônia, não aceitaremos. De empresários bandidos, de forma alguma. Qualquer empresário que, dentro da lei, quiser fazer doações, está chamado a contribuir e será recebido de bom grado." **(Entrevista: Edmilson, candidato do PSOL à Prefeitura de Belém).**

O programa de Edmilson não foge do projeto "democrático e popular" que o PT formulou por décadas e do qual o PSOL ainda vive: aliança com setores "honestos" da burguesia, manutenção das relações de propriedade capitalistas, ligações com o movimento social com objetivo de mantê-lo preso ao reformismo, busca de concessões mínimas por dentro do Estado burguês, estratégia centralmente eleitoral, etc. Além disso, a presença do PCdoB choca por ser um partido da base de apoio do governo Dilma, a que o PSTU diz se opor, e que há 10 anos ajuda diretamente a sustentar o capitalismo e os ataques à classe trabalhadora por dentro do Governo Federal. Mas para Edmilson não é nenhuma novidade, já que quando foi prefeito teve esse partido em seu governo. O PSOL também tentou fazer alianças com vários grandes partidos burgueses (PV, PTdoB, PTN e PSC), mas acabou fracassando *porque estes não quiseram uma chapa conjunta*. E não é a toa que o empresariado de Belém "tem respeito pelo Edmilson", já que este o serviu muito bem por 8 anos na Prefeitura da cidade.

É essa frente dominada por um candidato "simpático", que "não causa temor aos empresários", e que ainda por cima "qualquer empresário que quiser fazer doações dentro da lei" será bem recebido, que o PSTU está compondo. Entre esse programa, que o PSTU está apoiando quando se une a Edmilson, e o programa do marxismo, a necessidade da democracia proletária e da expropriação da burguesia, há um verdadeiro abismo.

Os argumentos "ortodoxos" do PSTU

O PSTU fica entre a cruz e a espada ao tentar ao mesmo tempo reivindicar o legado de revolucionários marxistas e defender a sua posição oportunista nessa situação, avessa ao que aqueles representaram. O uso das citações é talvez a armação mais ousada que alguns dirigentes do PSTU aplicam. Como não poderia ser diferente, saem-se mal.

O PSTU começa cauteloso, nos dizendo que *"Em primeiro lugar, é preciso dizer que os acordos, compromissos e concessões sempre fizeram parte da tradição revolucionária. Esse é um fato que não se pode negar"*. Para isso cita Lenin:

"Não se pode renunciar à ideia dos compromissos. A questão está em saber conservar, fortalecer, forjar e desenvolver a tática e a organização revolucionária, a consciência revolucionária, a decisão e a preparação da classe operária e de sua vanguarda organizada, o partido comunista".

Certamente em ***Esquerdismo***, assim como em outros textos, Lenin discute a importância tática da participação dos comunistas nas eleições burguesas para propaganda revolucionária, a tática de frente única, e os compromissos em geral que os comunistas realizam em todas as lutas parciais, como as greves, onde só é possível atingir concretamente alguns objetivos limitados. Entretanto, a Internacional Comunista liderada por Lenin, ou a Oposição de Esquerda e a Quarta Internacional, dirigidas por Trotsky, não realizavam "compromissos" ou "acordos" que implicassem submeter-se programaticamente a partidos oportunistas de qualquer tipo, tampouco com partidos que estivessem sustentando um governo burguês, como é o caso do PCdoB, ou que querem fazê-lo, como o PSOL. Lenin se refere aqui aos compromissos nas lutas por objetivos práticos, e que não implicam nenhum compromisso político-programático por parte por partido revolucionário.

O PSTU reconhece que nem todos os compromissos são válidos: *"Isso significa então que todos os acordos são permitidos? Que 'os fins justificam os meios', como diz o senso comum? Não, não significa."* Mas então qual é o critério? O PSTU citou os seguintes trechos esclarecedores de Trotsky:

"A regra mais importante, melhor estabelecida e mais inalterável a ser aplicada em qualquer manobra diz: você nunca deve se atrever a fundir, misturar ou combinar sua própria organização partidária com uma estranha, mesmo que esta pareça muito 'simpática' hoje. Não assumir tais passos que levem direta ou indiretamente, aberta ou mascaradamente, seu partido à subordinação a outros partidos ou organizações de outras classes, ou que restrinjam sua liberdade de ação, ou que o torne responsável, mesmo que em parte, pela linha política de outros partidos. Você nunca deve misturar as bandeiras, não deve ajoelhar-se perante outra bandeira".

"Nenhuma plataforma comum com a socialdemocracia ou com os chefes dos sindicatos alemães, nenhuma edição, nenhuma bandeira, nenhum cartaz comum: marchar separadamente, lutar juntos. Acordo apenas nisto: como combater, quem combater e quando combater? Nisto pode-se entrar em acordo com o próprio diabo e sua avó. (...) Com uma condição: conservar as mãos livres". **(Por uma Frente Única Operária Contra o Fascismo. Leon Trotsky, 1931).**

Para qualquer marxista, esses trechos são um combate ao tipo de aliança realizada pelo PSTU em Belém, onde tem cartazes comuns em cima da candidatura de Edmilson, onde tem uma plataforma comum em cima do seu programa burguês. Mas a partir dessa citação, inacreditavelmente, os dirigentes do PSTU concluem que:

"Por que fechamos então um acordo que inclui o PCdoB em Belém? Por uma razão muito simples: porque este acordo não amarra em nada nossas mãos, não diminui em nada a crítica que faremos ao governo Dilma, não nos obriga a baixar nem um pouco o tom crítico ao próprio PSOL ou Edmilson, sempre que considerarmos que sua política está errada. Isto para nós é o decisivo."

A "independência política", assim como a "liberdade de ação", são belas palavras de ordem, mas como elas podem existir ao mesmo tempo em que há um tipo de acordo onde há "bandeira comum", "cartaz comum", "programa comum", assinados por PSOL-PSTU-PCdoB, como é o caso da Frente de Belém? O PSTU pode até levantar suas próprias consignas mais à esquerda que o PSOL e o PCdoB por si próprio, em sua imprensa e em seus círculos mais próximos dentro do movimento. Mas na Frente, que tem uma repercussão muito maior e que chegará a muito mais trabalhadores através dos materiais de campanha, propaganda de TV, etc., está assumindo um compromisso com um programa de colaboração de classes, como nós expusemos acima. O programa da frente, que é dominada pelo PSOL, é necessariamente uma expressão da sua composição social e política.

Dessa forma, o PSTU pode lançar materiais criticando o PSOL e o PCdoB, como forma de ficar com a consciência tranquila. Mas na prática cotidiana está andando de braços dados com o PSOL e o PCdoB, fazendo campanha conjunta e se adaptando ao programa da sua aliança eleitoral. O programa com o PSOL e o PCdoB não foi fruto de uma convergência destes dois partidos oportunistas com o programa do PSTU, e muito menos com o marxismo autêntico. Foi o PSTU que aceitou formar essa frente sob o programa dominante do PSOL, um programa de colaboração ode classes.

Os revolucionários realizam acordos práticos



Lado a lado **- Cléber Rabelo (PSTU), Edmilson Rodrigues (PSOL) e Jorge Panzera (PCdoB) fazendo campanha em bairro de Belém. (cleber16123.blogspot.com.br)**

pontuais nas lutas (ou seja, frentes únicas) com partidos reformistas e sem deixar de deles se diferenciar em nenhum momento, com o objetivo de atrair os setores dos trabalhadores que por eles são influenciados para o programa revolucionário. Entre isso e um bloco frente populista, que busca as graças de setores do empresariado, há uma grande diferença. No mesmo artigo de Trotsky citado pelo PSTU, o revolucionário russo sabiamente apontou que:

> "Acordos eleitorais, compromissos parlamentares concluídos entre os revolucionários e a socialdemocracia servem, como regra, para a vantagem da socialdemocracia. Acordos práticos para a ação de massas, para propósitos de luta, são sempre úteis para o partido revolucionário".

A frente de Belém é vantajosa para o PSOL e o PCdoB, que terá militantes do PSTU defendendo, na prática, o seu programa frente-populista enquanto fazem campanha para eleger Edmilson. O PSTU deixou essa citação de Trotsky de lado não apenas agora, mas desde o momento em que começou a realizar seus blocos eleitorais com o PSOL.

A dinâmica de uma campanha conjunta impede o PSTU, na esmagadora maioria das oportunidades, de realizar seriamente qualquer crítica ou diferenciação aos seus companheiros de bloco. Isso para não mencionar que ele evidentemente assina um programa conjunto repleto de ideologia burguesa com seus aliados de Belém. O que o PSTU está fazendo com relação ao PSOL é levar "*direta ou indiretamente, aberta ou mascaradamente, seu partido à subordinação a outros partidos"* e assim ele está se tornando *"responsável, mesmo que em parte, pela linha política de outros partidos"*.

Perto do fim da sua "justificativa", o PSTU decide usar um argumento demolidor:

> "Por isso dizemos: participar ou não desse tipo de frente ou organismo é tático. O decisivo é a política que se leva ***lá dentro***. Ou os revolucionários não participam dos parlamentos burgueses? Sim, participam. E o que são esses parlamentos, se não um covil de bandidos e ladrões? Então o que fazem os revolucionários lá quando se elegem? Lutam contra os bandidos e ladrões, transformam a vida deles num inferno." **(ênfase nossa).**

A conclusão do PSTU é de que não existe a menor contradição em um partido "revolucionário" entrar em uma frente oportunista, um projeto para gerir o Estado burguês, porque isso seria algo "tático" desde que ele, "lá dentro" (atente-se para a escolha das palavras) defenda uma política principista. "Afinal", diz o PSTU, "os revolucionários não participam dos parlamentos?".

Não há dúvidas de que os parlamentos burgueses são covis de bandidos, mas neles os revolucionários devem entrar quando eleitos por uma plataforma revolucionária e a sua participação lá dentro se dá sem fazer nenhum acordo político-programático com os partidos da burguesia. A comparação, portanto, é falsa. O parlamento burguês não funciona segundo um programa comum, e é apenas em razão disso que os revolucionários consideram tático estar dentro deles para denunciar a burguesia e fazer propaganda revolucionária, como um acessório para as lutas de classes.

A frente eleitoral de Belém parte do princípio de que seus firmantes concordam com o programa de Edmilson e se comprometem em aplicá-lo. De acordo com o raciocínio do PSTU, não existiria nenhuma frente popular com a burguesia, que os "revolucionários" supostamente não poderiam participar desde que "lá dentro" defendessem a política "revolucionária", enquanto na prática se comprometem com os capitalistas.

Ao adentrarem no parlamento, os revolucionários o usariam como palanque para falar diretamente com a classe trabalhadora, e mostrar na prática as limitações da democracia burguesa, denunciando-a sem piedade. Mas "lá dentro" do bloco eleitoral com o PSOL e com o PCdoB, a quem o PSTU está denunciando a democracia burguesa e o capitalismo? Aos mesmos senhores que querem estar ou já estão nas graças do empresariado de Belém?

Para a esmagadora maioria da classe trabalhadora de Belém, o PSTU aparece publicamente como parte de um bloco que propõe a colaboração de classes, e não são artigos no *Opinião Socialista* ou rodas de debates para os militantes mais próximos que vão alterar essa imagem pública que será criada pela campanha. De nada adianta defender a revolução e o socialismo dentro de auditórios e salas de reunião, se em cartazes e programas de TV o partido estará associado àqueles que desejam governar com o empresariado "honesto" e fazem questão de dizer que não assustam e não querem assustar a burguesia.

Esse argumento de defender o programa revolucionário "por dentro" de um bloco político de colaboração de classes não é novo, assim como tampouco é nova a formação de blocos do PSTU com partidos que ele próprio reconhece como traidores. Na sua declaração, o PSTU diz: "(...) não é a primeira vez que participamos ou apoiamos uma frente eleitoral com a qual não temos nenhum acordo." É algo típico de um partido que quer parecer "ortodoxo" quando lhe convém (no programa formal e nos "dias de festa") enquanto na prática o papel que representa é de auxiliar de esquerda dos partidos oportunistas e frentepopulistas, aos quais confere o seu apoio político.

Em suma, não existe no discurso do PSTU a menor coerência sob um ponto de vista leninista. Todas as citações dos clássicos marxistas que ele indevidamente reivindica, contradizem a sua própria ação. Ao publicar uma tentativa de se mostrar como "ortodoxo", ele está insultando a inteligência dos seus próprios membros e da vanguarda trotskista. O PSTU diz manter a "independência", mas assina um programa que promete a colaboração de classes,

como aqueles que ele diz "combater". De um lado, diz que o programa de Edmilson "está errado"; no outro, repercute as trocas de elogios entre Edmilson e seu candidato a vereador no seu site de campanha, percorre abraçado com ele os bairros de Belém. A meta do PSTU na coligação com o PSOL e o PCdoB não é fazer propaganda da política revolucionária (que é o motivo pelo qual os autênticos revolucionários participam das eleições burguesas). Se o objetivo do PSTU fosse esse, como faria isso abraçado (literal e politicamente) ao PSOL?

O verdadeiro objetivo do PSTU na frente de Belém

Nem nos passa pela cabeça que os dirigentes do PSTU estejam, ao aceitar compor a frente de Belém, cometendo um erro despercebido, ingênuo. Em primeiro lugar, os dirigentes do PSTU tem experiência o suficiente para saber que estão aceitando perder uma grande parte da sua independência política ao apoiar uma chapa eleitoral com PSOL e o PCdoB. Também sabem que o PSOL e o PCdoB aceitam dinheiro e apoio de setores da burguesia e que assim se construirá a sua campanha e um possível governo. Além disso, a escolha das citações de Trotsky mostra que a Direção Nacional ***sabe*** que está realizando uma "tática" que não pertence à tradição do trotskismo.

Existe, entretanto, uma tradição à qual esse tipo de "tática" de subordinação política e colaboração de classes pertence – a tradição do revisionismo formulado por Nahuel Moreno ou "morenismo". Moreno foi um dirigente argentino que reivindicou o trotskismo e construiu sua carreira política desde fins dos anos 40. Assim com outros antes dele, Moreno buscou entender o fracasso sucessivo de diversas revoluções em potencial apontando como solução, não o fortalecimento do partido revolucionário e do programa marxista entre as massas, mas sim a secundarização de ambos. Ele formulou no decorrer de sua vida política uma compreensão segundo a qual em nossa atual etapa histórica, os trotskistas devem colocar seus esforços na luta por "revoluções de fevereiro" (conceito baseado em uma analogia com a revolução russa de fevereiro de 1917). De acordo com Moreno:

> "Por sua dinâmica de classe e do inimigo que enfrentam ambas [Fevereiro e Outubro] são revoluções socialistas. A diferença entre elas reside no nível diferente de consciência do movimento de massas e, principalmente, na relação do partido marxista com o movimento de massas e o processo revolucionário em curso. Colocado de forma sucinta, a Revolução de Fevereiro é inconscientemente socialista, enquanto Outubro o é conscientemente."
> **— Atualização do Programa de Transição (1980), Tese XV.**

> "A Revolução de Fevereiro é completamente diferente da de Outubro no nível de consciência e à sua direção. A de Outubro é caracterizada por possuir à sua frente uma direção revolucionária marxista; a de Fevereiro é liderada pelos aparatos burocráticos e pequeno-burgueses do movimento de massas. (...)."
> **— Idem, Tese XV**

Para os bolcheviques-leninistas, as mais diversas situações revolucionárias internacionais – da Espanha nos anos 30 ao Chile de 73, da França de 68 à África do Sul nos anos 80 – foram situações potencialmente revolucionárias traídas por direções frentepopulistas ou oportunistas. Para Moreno, tratavam-se de "Revoluções de Fevereiro":

> "Passados sessenta e três anos desde a sua vitória, devemos reconhecer que a Revolução de Outubro foi uma exceção até o momento neste século; não houve outra com suas características. Não só entre as triunfantes, mas ***mesmo entre os processos revolucionários derrotados não houve semelhante***. A Revolução de Outubro é até agora uma exceção."
> **— Idem, Tese IV (ênfase nossa).**

Assim, Moreno definiu claramente que o papel das organizações morenistas era colaborar com as direções oportunistas para realizar uma "revolução socialista inconsciente", onde o papel central seria desempenhado por "aparatos burocráticos e pequeno-burgueses do movimento de massas". O papel do partido trotskista seria se adequar a essa direção oportunista e intervir na "revolução de fevereiro" para coloca-la no poder, prestando atenção especial para "não pular essa etapa":

> "Os nossos partidos devem reconhecer a existência de uma situação pré-revolucionária de Fevereiro, para usar as palavras de ordem democráticas ***adequadas à existência das direções pequeno-burguesas que controlam o movimento de massas*** e a necessidade de unidade de ação o mais rápido possível para fazer a Revolução de Fevereiro. Devemos entender que é inevitável fazê-lo e ***não tentar pular essa etapa***, mas tomar todas as conclusões necessárias estratégicas e táticas, como a vanguarda da revolução de Fevereiro, sendo os campeões da intervenção nela." **(ênfase nossa).**
> **— Idem, Tese XXVI**

Dessa forma, Moreno buscava "ser o campeão" de uma "revolução" a ser liderada por aparatos oportunistas à frente do movimento de massas, aparatos esses que sempre buscam as graças da burguesia. Isso é absolutamente divergente dos objetivos dos trotskistas, cuja recusa em participar de frentes populares e o combate contra os partidos oportunistas possuíam um claro objetivo: ser a liderança proletária à frente de novas revoluções de outubro.

> "A acusação capital que a IV Internacional lança contra as organizações tradicionais do proletariado é

a de que elas não querem separar-se do semicadáver da burguesia."

"De todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e nos camponeses falando em seu nome, nós exigimos que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo operário e camponês."

— Programa de Transição, setembro de 1938

A "crise de direção do proletariado" baseia-se no fato de que inexiste uma organização internacional com influência de massas que possa liderar os trabalhadores e outros setores oprimidos rumo às vitórias revolucionárias. Pelo contrário, as grandes organizações dos trabalhadores buscam "acordos" e "compromissos" oportunistas com a burguesia. Moreno, ao contrário, nos diz que as correntes oportunistas e burocráticas do movimento podem liderar uma "etapa inconsciente" a qual "nós não devemos tentar pular" da revolução socialista. Moreno formula um papel para o partido revolucionário em sua "revolução de fevereiro" que é de auxiliar os aparatos reformistas ou frentepopulistas. E para dar um caráter concreto, vejamos como isso se aplica na atual frente de Belém.

Em uma entrevista publicada no jornal do PSTU, *Opinião Socialista*, o candidato a vereador do partido, Cléber Rabelo, explicou da seguinte forma os objetivos do PSTU dentro da frente de Belém:

"Temos várias diferenças com o PSOL de Edmilson. Fomos contrários à presença do PCdoB na Frente porque é um partido traidor e da base de sustentação do governo Dilma. ***Mas avaliamos que dentro da Frente, e não fora dela, seria a melhor forma de apresentar um programa de transformação radical para os trabalhadores, exigir que Edmilson avance em seu programa para a ruptura com a burguesia***, além de denunciar o que significa o PCdoB para o movimento de massas." **(ênfase nossa).**

— *Opinião Socialista* 445, julho de 2012.

O objetivo "estratégico" do PSTU é tentar empurrar o PSOL para que realize as tarefas revolucionárias. A frente de Belém nada mais é do que uma "tática" muito bem apropriada a esse objetivo utópico. É por isso que, para o PSTU, "participar ou não participar" dessa frente não é a questão.

Para os trotskistas autênticos, a não-participação em frentes populares é uma questão chave porque eles buscam construir o partido revolucionário que, contra a pressão das forças reformistas e burocráticas que dominam o movimento de massas atualmente, vai lutar pela revolução socialista. Para um partido trotskista autêntico, portanto, a demarcação política com o oportunismo e a recusa à colaboração de classes é um aspecto central.

Para um partido morenista, cujo objetivo é intervir na "revolução de fevereiro" a ser liderada por um partido oportunista ou pequeno-burguês – identificado claramente nesse caso com o PSOL – estar dentro ou não de um bloco frentepopulista com esse partido é algo "tático", que vai depender das condições, para melhor tentar (em vão) empurrar esse partido até a revolução.

Obviamente a concepção morenista reveste os partidos oportunistas de ilusões sobre a sua capacidade revolucionária (ainda que nessa "etapa de fevereiro"), pois parte precisamente da premissa de que tais partidos podem cumprir um papel progressivo ao estarem à frente do movimento de massas. Na mesma entrevista, Rabelo apontou que:

"Também vamos exigir de Edmilson que não repita os erros de seu governo quando ele estava no PT (1997-2004) e dizer para os trabalhadores que um possível governo PSOL-PCdoB só poderá, de fato, governar para nossa classe se implementar um programa de ruptura com a burguesia."

— Idem.

Isso é uma completa ilusão em Edmilson. Um partido reformista que busca realizar alianças com partidos burgueses, que quer o apoio político e financeiro do "empresariado honesto", que busca administrar o Estado burguês em Belém, etc. jamais vai romper com o capitalismo. Ele depende material e politicamente da manutenção do capitalismo. Do PSOL só se pode



Banner usado no segundo turno da campanha. PSTU oportunistamente se retirou da chapa após eleger um vereador - o que não impediu o nome do partido de sair junto a Dilma e Lula (blog Dilacerado).

esperar aspirações de eleger parlamentares e prefeitos "populares", que vão manter o sistema de exploração com pequenas concessões. O PSTU está apostando a sorte do proletariado – e mais significativamente aquelas porções do proletariado sobre as quais ele tem influência – na capacidade do PSOL de liderar a "revolução de fevereiro" no Brasil. O mesmo princípio estava por trás da "tática" da frente com Heloísa Helena em 2006. O mesmo princípio estava por trás do apoio às candidaturas frentepopulistas do PT até 2002. Desta vez, assim como das anteriores, esse esforço morenista vai resultar em fracasso e confusão.

De Perón a Edmilson Rodrigues: a tradição de colaboração de classes do morenismo

O morenismo tem como uma das suas características elementares depositar a esperança da revolução socialista em partidos de outras classes ou oportunistas, como nós expusemos acima. Por isso não há, para o morenismo, nada de estranho em se submeter na prática ao programa burguês de Edmilson. Outro exemplo levantado pelo PSTU, no seu anseio de se justificar, é a citação de Nahuel Moreno nos dizendo que é "tático" votar em frentes populares, blocos dominados pela burguesia, como Moreno fez incontáveis vezes, e como o PSTU fez três vezes nas eleições presidenciais brasileiras entre 1989 e 2002 ao votar em Lula, sempre em alianças com grandes partidos burgueses.

> "O que sim é uma traição" – diz Moreno – "é apoiar eleitoralmente uma frente popular ou um movimento nacionalista burguês sem denunciar que sua existência é uma traição ao movimento operário. Ou seja, o voto em si é para nós um problema tático e não principista; o que é principista é a política, e esta deve ser de denúncia implacável de qualquer frente popular ou nacionalista onde a classe operária esteja, como uma traição dos partidos operários reformistas que a promovem." **(Um Documento Escandaloso – Uma resposta a Germain, 1973).**

A citação de Nahuel Moreno apresentada pelo PSTU foi produzida numa polêmica com os mandelistas do antigo Secretariado Unificado. Nos anos 60 e 70, Moreno era parte do SU junto com Ernest Mandel (Germain), com quem conviveu na mesma organização por mais de 15 anos, seguindo todas as suas traições, e contra quem rompeu depois. Moreno acusou os seguidores de Mandel de votarem em frentes populares. Os mandelistas replicaram dizendo que também os morenistas votavam ou entravam em frentes populares, como foi o caso do***Frente Amplio*** uruguaio, no começo dos anos 70 e que por isso essas críticas eram aplicáveis a eles próprios. Foi por isso que Moreno, defendendo as decisões dos seus companheiros uruguaios, explicou que é "tático" apoiar frentes populares desde que "denunciando que são uma traição". Moreno queria sustentar a sua própria política oportunista enquanto



PSTU chama voto em Lula - Capa do Opinião Socialista em fins de 2002. Foi "tático" ajudar a colocar um governo burguês no poder. (pstu.org.br)

criticava quando isso era feito por seus adversários dentro do SU. No fundo, ambos capitularam à frente popular.

Essa justificativa incoerente para se diferenciar de outros oportunistas do seu tempo, o PSTU está repetindo numa tentativa vergonhosa de se diferenciar dos demais partidos oportunistas dos dias de hoje. A contradição é evidente. Em 2010, por exemplo, o PSTU criticou aqueles que votaram em Dilma, sucessora de Lula:

> "Na verdade, a 'tática' do 'mal menor' faz um mal maior que é a não construção de uma alternativa independente dos trabalhadores. Sempre estaremos dependentes de um 'setor' progressista da burguesia".
> "É preferível apresentar de forma clara uma alternativa aos dois blocos, chamando o voto nulo. Um peso significativo do voto nulo enfraqueceria o novo governo eleito. Assim, estaríamos começando a preparar a luta contra eles (...)". (**Nem Serra, nem Dilma. *Opinião Socialista* 413, novembro de 2010).**

Em outro artigo dessa época, o PSTU afirmou que os candidatos burgueses "Não serão eleitos em nosso nome." (**Site do PSTU, 5/10/2010**). Muito correto, é verdade; mas isso perde totalmente a consistência quando o PSTU nos diz que isso foi apenas "tático". Em outras palavras, se tivesse sido "tático" para o PSTU em 2010 votar em Dilma, como foi "tático" votar em Lula em 1989, 1994 e 2002 (e neste último podemos dizer que Lula foi eleito "em nome do PSTU"), ele o teria feito. Os militantes do PSTU que não desejam que governos burgueses "sejam eleitos em seu nome" devem estar atentos aos próximos desenvolvimentos em Belém, assim como para as próximas vezes em que for "tático" para os dirigentes morenistas votarem em frentes populares.

Contra isso, os verdadeiros trotskistas dizem que a

frente popular não merece nenhum apoio político – nem nas ruas, nem nas urnas – em nenhuma ocasião. Para nós isso ***não*** é uma questão tática. Combater e denunciar, sem jogo duplo, os diversos setores da burguesia é uma questão estratégica para a vitória da classe trabalhadora. A tática é um componente da estratégia, e ainda que flexível, não pode estar em contradição com a primeira.

Sem dúvida Moreno realizou as mais oportunistas piruetas em sua história política, sempre dizendo que estava "mantendo a independência política". Em 1955, por exemplo, seu grupo na Argentina fundiu com peronistas (populistas burgueses) "de esquerda" e formou o grupo "Movimiento de Agrupaciones Obreras" que publicava o jornal "Palabra Obrera", que na capa definia a si próprio como um "Órgão do Peronismo Operário Revolucionário" que estava "Sob a Disciplina do General Perón e do Conselho Superior Peronista". De certo que também desta vez os morenistas tinham sua "independência"... *em suas cabeças e em nenhum outro lugar*.

A independência de um autêntico partido leninista se faz recusando entrar nesses blocos podres com um programa burguês, assim como também recusando qualquer apoio "tático" eleitoral a frentes populares. A independência partidária se faz denunciando implacavelmente a classe dominante e aqueles que buscam o ninho do Estado burguês; os revolucionários fazem isso com o objetivo de ensinar aos trabalhadores os caminhos da independência de classe. A frente que os trotskistas reivindicam é aquela da unidade na luta, por um objetivo pontual, e dentro da qual eles se diferenciam claramente dos partidos oportunistas, sem assinar nenhum programa político conjunto. Em outras palavras, frente única — bater juntos, marchar separados.

Um programa eleitoral é um compromisso programático entre os seus firmantes. No caso de Belém, com Edmilson/PSOL e o PCdoB, um compromisso de gerir o Estado dos patrões, e com alguma chance de ser bem sucedido. Para os morenistas, cujo objetivo é empurrar os oportunistas na esperança de que estes cumpram um papel revolucionário, a independência de classe perde grande parte do seu significado. Ela se torna meramente um detalhe "tático".

Edmilson/PSOL lidera as pesquisas e tem uma boa chance de vencer as eleições para prefeito de Belém. Não há a menor dúvida de que, assim como sua chapa é uma chapa com o objetivo de gerir o Estado dos patrões, um governo seu seria um governo burguês. O que o PSTU fará então, se isto realmente se concretizar? Vai romper essa aliança, ou será que vai continuar combatendo as "ideias erradas" de Edmilson "lá dentro" do governo de Belém com o PSOL e o PCdoB? Talvez uma pressão da própria base ou do restante da esquerda o impeça de ir tão longe, mas a lógica da posição dos dirigentes do PSTU indica claramente que estaria tudo bem "combater a burguesia" estando à frente do próprio Estado burguês, desde que com o objetivo de levar o PSOL a "romper com a burguesia". Não nos interessa aonde irão esses senhores, desde que a vanguarda que quer lutar honestamente pela construção de um partido revolucionário tenha clareza de que o lugar para fazer isso não é dentro da frente de Belém, e nem dentro do PSTU.



Por uma Greve Geral de Verdade na Educação!

Integrar os terceirizados! Unificar comandos de greve e pautas dos trabalhadores e estudantes!

Junho de 2012. Uma versão resumida deste artigo foi utilizada como panfleto pelo Reagrupamento Revolucionário *nos fóruns da greve na UFRJ. Tal versão está disponível em nosso blog (em PDF).*

A atual greve, que foi iniciada pelos docentes do ensino superior, já passa da marca de um mês e conta com mais de 50 Instituições Federais de Ensino (IFEs) sem aulas. Além da paralisação dos professores, cerca de 30 Institutos já contam com greves nas quais se somam estudantes e técnicos administrativos. Todo o movimento deve ter clareza de que, para além de demandas específicas de cada setor ou de cada universidade, existem causas nacionais e problemas gerais afetando a educação pública neste país.

O governo do PT em aliança com os empresários, latifundiários e banqueiros do país impôs à educação o **REUNI**. Enquanto prometia expandir o acesso da população às universidades públicas, precarizou brutalmente o ensino com a criação de novos cursos e aumento das vagas (ainda pequeno se comparado com a demanda), mas sem garantir o mínimo de estrutura para comportar essa expansão, muito menos recursos suficientes para assistência estudantil.

E isso ao mesmo tempo em que o **PROUNI** isentava e continua a isentar os tubarões do ensino privado de pagar impostos, o que na prática transfere verba pública para as universidades privadas. Um estudo realizado pela ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) demonstrou que o dinheiro que o governo deixa de receber das privadas para garantir ***uma*** vaga pelo PROUNI serviria para abrir ***três*** nas públicas! Isso é uma demonstração clara de que tais projetos buscam privatizar o ensino universitário cada vez mais.

E os ataques à educação pública não param por aí. Recentemente o governo passou uma medida que entrega a gestão dos Hospitais Universitários na mão de uma empresa pública, a **EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).** Essa medida facilita os planos do governo de privatização dos Hospitais Universitários, já que a gestão passa a ser centralizada não através de um órgão técnico, mas em uma empresa.

Por isso, a atual greve deve também ser uma resposta

aos crescentes ataques do governo à educação pública. Dos três setores em lutas, o que tem apresentado pautas mais avançadas são os estudantes, que têm levantado demandas muito mais abrangentes que a pauta da ANDES (baseada nos eixos *reajuste salarial, reestruturação no plano de carreira e melhoria das condições de trabalho*). Mas também a greve estudantil, como parte do movimento grevista da educação pública, não superou muitas contradições.

A greve como um todo passa por dificuldades que precisamos compreender como pré-requisito para termos força suficiente para enfrentar o Governo — que até agora só tem enrolado os grevistas com o claro intuito de desgastar o movimento, ao cancelar duas vezes seguidas as mesas de negociação com os professores, por exemplo.

Por uma profunda aliança proletária-estudantil

O primeiro problema que se apresenta é a ausência de um ***Comando Nacional Unificado***. A palavra de ordem "*Greve geral em toda federal*" tem ecoado nos mais diversos espaços da greve. Porém, sem um Comando que unifique os três setores em greve (estudantes, professores e técnicos administrativos), nós estaremos dispersando nossas forças em negociações separadas. Nossa unidade não pode se dar apenas nos atos de ruas ou em palavras, como tem ocorrido até agora. Precisamos garantir que cada setor defenda, além das suas próprias pautas, as pautas dos demais. Garantindo uma só mesa de negociação, estaremos concentrando nossas forças.

Os estudantes em greve, por exemplo, já têm declarado abertamente o seu apoio aos docentes. Mas esse apoio precisa se expressar na prática e também precisa ser recíproco, além de contemplar os técnicos administrativos. Sem um comando unificado, qual a garantia de que os professores ou técnicos administrativos não irão se retirar da luta caso se vejam contemplados (mesmo parcialmente) por propostas do governo, deixando os estudantes para trás, ou vice-versa? E não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que nossos inimigos não usarão essa divisão como arma contra nossa greve. Desde cada Instituição, precisamos criar urgentemente Comandos Unificados e construir uma forte aliança entre os estudantes e os trabalhadores da educação para juntos enfrentarmos as Reitorias e o Governo.



Assembleia que deflagrou a greve estudantil na UFRJ: quorum histórico de cerca de dois mil estudantes. Infelizmente as demandas e vitórias não estiveram à altura do potencial do movimento. (Blog do Pedlowiski)

Por uma greve combativa

A dinâmica da greve no presente momento é basicamente "superestrutural". O movimento tem conseguido organizar atos de rua e assembleias gerais massivas e criar comandos de greve. Entretanto, quando olhamos de perto cada curso, centro ou instituto, vemos ainda uma forte desmobilização.

Em certos lugares essa dinâmica é decorrente de uma estrutura hegemonizada pelas burocracias sindicais e estudantis, pouco interessadas em uma luta forte o suficiente que possa tirá-las de sua zona de conforto perante os gestores das universidades e também os governantes.

Cabe aos grupos de oposição e aos setores mais avançados dos militantes independentes a tarefa de fazer a greve não ficar só no papel ou ser uma "greve de pijama". Nas fileiras de greve, a burocracia não pode ter nenhum privilégio ou voz além da sua influência real na base. Garantimos isso lutando para que os comandos de greve, além de unificados entre trabalhadores e estudantes, sejam democráticos e sua representação seja proporcional à base que participa da greve em cada Centro ou Instituto, com representantes revogáveis a qualquer momento pelas assembleias que os elegeram.

Em muitas Universidades, os Centros de Tecnologia são setores com grande número de fura-greves. Neles é onde se dá a maior parte de atividades economicamente produtivas das universidades, gerando grande volume de dinheiro para a iniciativa privada e as empresas estatais. Por isso eles costumam também ter as melhores estruturas físicas, laboratórios e maior quantidade de recursos à sua disposição. Parar esses setores é dar um golpe fulminante no governo e nos empresários, além de questionar de forma aberta a privatização da universidade pública, uma vez que empresas usam nossas instalações e talentos para enriquecer aos seus donos.

Com ações como essa, atingiremos as bases dos três setores e fortaleceremos nossa greve. A partir de determinado ponto, teremos inclusive força suficiente para realizar piquetes expressivos. O piquete, ou bloqueio, é uma forma radicalizada de luta que deve ser utilizada se condições para tal surgirem — uma maioria disposta a todo custo a ganhar uma minoria que insiste em furar greve. O piquete deve funcionar através do convencimento onde for possível e mesmo chegar a bloquear fisicamente as entradas dos Institutos e Centros onde não for possível o convencimento. Uma perspectiva como essa nos permitiria expandir a greve para os setores menos mobilizados.

Pela integração dos trabalhadores terceirizados

Outra tarefa fundamental é que os sindicatos

oficiais busquem defender os interesses dos trabalhadores terceirizados em toda a universidade e integrá-los à luta tanto quanto possível. A terceirização é uma forma de precarizar as condições de trabalho, e os terceirizados muitas vezes não possuem sindicatos que os defendam, ou então suas organizações não tem a menor tradição de luta. O **PSOL e o PSTU**, que são as organizações que tem dirigido a greve estudantil nacional na maioria das Instituições, praticamente nunca levantam as demandas para atingir os terceirizados das Universidades, muitos dos quais são os setores mais explorados, compostos por mulheres e negros. Estes grupos dizem combater o projeto de educação do PT como um todo, mas no fundo se limitam a demandas muito pontuais — como o aumento de verbas.

Por uma oposição consistente ao governo Dilma

Para além destas questões, uma compreensão política atrapalha muito a greve dos professores, estudantes e técnicos administrativos: é a ideia de que a meta do movimento por uma educação pública, gratuita e de qualidade vai ser conseguida através da pressão do movimento sobre o governo Dilma/PT. A demanda dos "10% do PIB para a educação" tem sido defendida de forma unânime por todas as correntes do movimento estudantil, inclusive o PCdoB/PT, diretores majoritários da **UNE**, que defendem que colaborando com o governo vamos conseguir essa meta.

Já o PSOL e o PSTU tentam dar a essa demanda uma roupagem mais radical, dizendo que é preciso pressionar o governo para conquistar os 10%. O PSTU, apesar da aparência combativa que tenta mostrar nessa greve, já deixou claro em outros momentos que o seu objetivo é "mudar radicalmente a política" do governo Dilma para que ele "pare de favorecer os patrões":

> "Dessa forma, os trabalhadores estão realmente numa situação sem saída. A não ser que lutemos por uma saída que nos favoreça e que, portanto, vai prejudicar o lucro dos patrões. (...) É claro que, para isso, o governo Dilma precisa mudar radicalmente sua política econômica e parar de favorecer os patrões. Por isso também devemos lutar!" (**Site do PSTU, 1 de junho de 2012**)

Isto é uma ilusão. Dilma e o PT estão há décadas comprometidos com um projeto que corresponde aos interesses dos patrões e banqueiros brasileiros, inclusive na educação. Ao invés disso, devemos ter em mente o caráter parcial de todas as vitórias enquanto o poder estiver com o Estado dos patrões, e nos prepararmos para, no futuro, substituí-lo por um governo direto dos trabalhadores.

Nesse trecho, por sinal, fica clara a perspectiva do PSTU, compartilhada por tantos outros grupos na esquerda, de utilizar os movimentos sociais como instrumento de pressão sobre o governo do PT. Essa perspectiva também pode ser vista se prestarmos atenção na insistente linha de tal organização em fazer "exigências" ao Governo Dilma, iludindo os trabalhadores e estudantes em luta quanto à possibilidade delas serem concretizadas dessa forma. Essas exigências vão além de pequenas reformas ou de mais verba para a educação, elas pedem que o governo capitalista "pare de favorecer os patrões". Dessa forma, os trabalhadores e estudantes realmente ficam num beco sem saída.

Mas diferente da postura de todos esses grupos, é preciso declarar uma guerra à concepção de educação do governo. As concepções políticas variadas baseadas em simplesmente exigir mais verbas para o governo deixam os estudantes e trabalhadores desarmados politicamente para enfrentar seus inimigos. Isso só reforça a necessidade de que os grupos de oposição consequentes e os militantes independentes mais avançados tomem as rédeas dessa greve, garantindo que ela se fortaleça e seja vitoriosa. Além dos aspectos organizativos aqui apresentados, nós do **Reagrupamento Revolucionário** temos intervindo nas assembleias e comandos de greve com um programa anticapitalista, capaz de realmente fortalecer esta e tantas outras lutas que estão por vir com a intensificação da crise econômica. Para além de uma greve pelos "*10% do PIB para educação pública*", também fazemos a defesa de demandas que apontam qual é o projeto de educação que corresponde ao interesse dos trabalhadores e estudantes:

- Fim do Vestibular/Enem para garantir o livre acesso à educação superior!

- Criação de um plano nacional de assistência estudantil como forma de assegurar a permanência na universidade! Bandejões, moradia e transporte gratuitos e de qualidade sob demanda!

- Creches gratuitas em todas as universidades para as mães estudantes e trabalhadoras sob demanda!

- Aumento do valor do auxílio aos estudantes cotistas e aos estudantes bolsistas para o valor de um salário mínimo, reajustado automaticamente conforme os aumentos do mesmo!

- Integração dos trabalhadores terceirizados à luta, começando com a firme defesa de suas demandas pelos setores em greve! Fim da precarização do trabalho: pela efetivação imediata de todos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, com igual salário e direito dos trabalhadores efetivos!



Para além dos "10% do PIB já"

Uma forma radical exige um conteúdo radical!

O panfleto reproduzido a seguir foi distribuído pelo Reagrupamento Revolucionário *na assembleia dos estudantes da UFRJ de 13 de agosto de 2012. A assembleia discutiu as perspectivas da greve estudantil e ocorreu durante a realização de um piquete com ocupação do campus do Largo São Francisco, no Centro do Rio de Janeiro.*

O piquete, do qual o RR *participou e ajudou a organizar junto com outras forças políticas e militantes independentes, foi organizado pelos estudantes em resposta a uma decisão de cúpula de alguns professores do campus de retornar às aulas, apesar da manutenção da greve dos professores, funcionários e estudantes - que já havia atingido 100% dos Institutos Federais de Educação.*

O panfleto buscou dialogar com os ativistas de outras correntes políticas, e aqueles que participam da greve estudantil em geral, sobre como avançar rumo a um programa capaz de confrontar diretamente o projeto educacional do governo Dilma e a estrutura social capitalista que ele sustenta.

A resistência estudantil e a luta pela manutenção da greve contra ambas as ameaças do governo Dilma e as tentativas de sabotagem dos fura- greves são uma demonstração de coragem e energia. Com a perspectiva de endurecimento do governo Dilma, já declarada abertamente, assim como a tentativa de setores fura-greves em retornar às aulas, uma radicalização do movimento se fará essencial para que a greve dos professores, funcionários e estudantes se mantenha viva e forte. Os trabalhadores e estudantes da UFRJ devem permanecer firmes na luta pelas suas reivindicações já aprovadas nas assembleias de base.

Nesse momento decisivo da greve, assim como nos anteriores, os estudantes certamente não poderão contar com os representantes de Dilma dentro do movimento estudantil, a **direção majoritária da UNE (PCdoB e PT)**, cujos membros fingem servir a dois senhores, enquanto já demonstraram que estão mais preocupados em garantir a estabilidade do governo do que ir até o fim com a luta dos estudantes. Esse também é o momento de fazer uma coisa que o **Comando Nacional de Greve (CNG)** estudantil se mostrou incapaz de fazer até agora, desde o começo da greve: contrapor o projeto do governo Dilma para a educação com um projeto anticapitalista que atenda às verdadeiras necessidades dos trabalhadores e estudantes. O CNG é uma representação das forças políticas que tem mais influência na base nesse momento e estão dirigindo a greve, **o PSOL e o PSTU**. Ele se pauta por um programa que podemos caracterizar como "economicismo estudantil", cuja demanda central é exigir que o governo Dilma invista "10% do PIB já" na educação pública.

Apesar de diferenças táticas entre PSOL e PSTU (como ocupar ou não a secretaria do MEC em Brasília) esse bloco se mantém firme na base política de centrar os objetivos da greve estudantil nessa demanda. Essa demanda pelos "10% do PIB já", que é a base do bloco mantido entre o PSOL e o PSTU, possui limitações sérias. São elas: (1) não questiona frontalmente o projeto liberal de educação do governo, se limitando a pedir que haja mais verbas na sua aplicação; (2) não questiona o caráter extremamente EXCLUDENTE da universidade, deixando de lado a demanda histórica pelo livre acesso e fim do Vestibular/Enem; (3) não vai à raiz dos problemas no fato de a universidade estar inserida numa estrutura social capitalista de extrema desigualdade. Ou seja, não declara guerra à ilusão de que a educação pode ser completa e saudável sob um sistema social extremamente doente.

Numa sociedade onde a classe trabalhadora, à frente das outras classes oprimidas, é a única capaz de resolver essas contradições a favor de uma educação plena, a luta dos estudantes e trabalhadores da educação deve apontar para uma forma de sociedade alternativa, controlada pelos trabalhadores e rumo ao fim da desigualdade social. A estratégia dos estudantes nessa greve deve apontar esse objetivo, buscando fazer uma ponte entre as reivindicações setoriais e específicas e a necessidade de lutar pelo socialismo. ***Assim, as lutas e as conquistas devem se constituir não como um fim em si mesmas, mas como um meio para um objetivo maior.***

O bloco do PSOL/PSTU à frente do CNG, apesar de sua declaração de oposição ao governo Dilma e de suas reivindicações do marxismo, tem claramente mantido a luta dos estudantes num beco sem saída. Enquanto o "10%



Foto do piquete no qual estudantes da UFRJ ocuparam o Campus Largo de São Francisco por um dia inteiro, contra professores fura-greve do Instituto de História. (Blog OCUPÂNCIA)

do PIB já" é uma demanda apoiável, ela não entra em choque com o capitalismo. Mesmo que os 10% do PIB sejam conquistados como investimento do governo na educação pública (e nada indica que esse valor seja suficiente para dar conta da demanda de recursos da educação), não serão os estudantes e trabalhadores a decidir sobre a sua aplicação, o que implica que pode continuar havendo uma maioria de investimentos que não correspondem ao interesse dos estudantes e trabalhadores da universidade (inclusive em fundações/cursos privados). **A estrutura de poder da universidade permaneceria, assim como permaneceria inalterada a estrutura da sociedade como um todo.** É hora de os estudantes formularem em debates desde a base um programa para a educação pública de enfrentamento direto ao capitalismo. Componente essencial desse programa deverá ser a luta pelo fim do Vestibular/Enem, e assim o ***acesso universal à educação pública superior***. Essa demanda, se agitada corretamente, ganhará a adesão de milhões de estudantes que temem não conseguir passar pelo funil social e racial da universidade, assim como os estudantes obrigados a pagar altíssimas mensalidades para os tubarões do ensino privado, os quais foram tão beneficiados por Dilma e Lula nos últimos 10 anos.

Outra demanda capaz de alavancar o movimento é a de ***transporte, moradia e alimentação gratuitos para osestudantes conforme a demanda***. A dificuldade dos jovens em conseguir empregos, o fato de que são sempre empurrados para os trabalhos pior remunerados, faz com que muitos oriundos da classe trabalhadora tenham dificuldades ou se sacrifiquem para arcar com os custos altíssimos do ensino, mesmo aqueles da universidade pública. Essa demanda vai de encontro a isso. Para as estudantes e trabalhadoras mães, o mesmo se aplica às creches e outras necessidades das crianças: devem ser disponibilizados gratuitamente pelas universidades conforme a demanda.

Junto a isso, a privatização da educação pública deve ser combatida com o programa de ***expropriação sob o controle dos estudantes e trabalhadores das universidades privadas*** (para que se tornem públicas) e de ***fim da terceirização do trabalho, dando imediatamente aos terceirizados estabilidade, condições e salários iguais aos dos efetivos.*** Essa luta precisa, inclusive passar por cima da legislação draconiana mantida pelo governo Dilma, que conduz à contratação de trabalhadores, em maioria mulheres e negros, sob um regime precário para trabalhar na universidade.

Do ponto de vista do CNG (PSOL/PSTU) essas demandas ficam em segundo plano diante dos "10% do PIB já". Mas os "10% do PIB" cobrados do governo Dilma de forma nenhuma garantem a aplicação dessas demandas. Em todas as manifestações públicas do CNG, os "10% do PIB já" aparecem, não como uma demanda parcial aliada a reivindicações mais avançadas, mas como uma barreira, como "substituto" de um programa de confronto aberto com o capitalismo e com o governo Dilma. As demandas que apresentamos são apenas um esboço, que deve ser debatido e enriquecido através de discussões na base do movimento, para forjar, aliado à coragem e disposição de luta dos estudantes e trabalhadores, um programa para derrotar o governo Dilma e conseguir as conquistas mais avançadas possíveis, ao mesmo tempo em que orienta os grevistas sobre qual deve ser o seu objetivo estratégico.



Motivados pelo piquete, os estudantes do Instituto de História (IH/UFRJ) organizaram uma semana de atividades de greve no Campus Largo de São Francisco. Nomeada "Que História é Essa!?", a semana mobilizou dezenas de estudantes em torno de debates, apresentações musicais, etc. O RR esteve presente ajudando na organização e participando das atividades. (Blog OCUPÂNCIA)



Batalhas Campais Contra a Repressão do Estado Policial

Lutas Estudantis Engolem o Brasil

Este artigo foi primeiramente impresso em inglês em Jovem Spartacus*, publicação de juventude da Liga Espartaquista dos Estados Unidos, em Julho/Agosto de 1977. Ele relata a luta dos estudantes brasileiros contra a ditadura militar e aponta a necessidade estratégica de que o movimento rompesse com as ilusões nos setores burgueses democráticos e se aliasse à classe trabalhadora. Sua tradução para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário em dezembro de 2011. Publicamos este material como inspiração para as lutas estudantis presentes e futuras e como um manifesto em defesa da aliança operário-estudantil.*

Em 25 de junho, em um continente conhecido pela selvageria sem limites de suas muitas ditaduras militares, o regime brasileiro do "presidente" Ernesto Geisel adquiriu reputação pelo seu recurso arbitrário ao terror do Estado policial.

Há muito os queridinhos dos investidores imperialistas e de seus conselheiros acadêmicos, a camarilha dominante dos generais do exército, tem notoriedade ao redor da América Latina pela repressão brutal e tortura sistemática, e pelo "desaparecimento" de

oponentes políticos do regime brasileiro. Mas nas semanas recentes, os carrascos brasileiros foram confrontados com uma erupção de descontentamento popular que abalou a sua "lei e ordem" com punho de ferro.

Pela primeira vez desde 1968, um grande levante de protesto estudantil contra o regime militar fez surgir uma série de confrontos corajosos com as brutais forças armadas do Estado. Apesar dos perversos ataques físicos da policia e prisões de massa, as greves estudantis continuaram a desafiar as autoridades, exigindo a soltura dos presos políticos e a concessão de plenos direitos democráticos – principalmente a liberdade de reunião e de expressão.

Primeiros Tremores de Protesto

Os primeiros tremores do atual levante ocorreram em 30 de março, quando estudantes realizaram um ato de rua no centro industrial de São Paulo. Em resposta a um anúncio do governo da redução de 40 por cento da verba para a Universidade de São Paulo, demissões generalizadas entre trabalhadores do campus e da faculdade e um aumento dos preços dos restaurantes universitários, os estudantes tomaram as ruas e distribuíram uma "carta aberta" que em parte declarou:

> "A nossa luta não é apenas nossa; é a de toda a população, de todos que lutam contra uma vida difícil, por melhores salários, por mais escolas, por restaurantes universitários, pela liberdade de protestar." (*) Reimpresso em *Informations Ouvrieres*, 2 de junho de 1977.

Embora este protesto tenha se mantido geograficamente isolado e politicamente limitado a preocupações locais do campus, ele representou um passo tentador rumo a uma mobilização mais ampla contra o regime Geisel.

Em 28 de abril, a atual onda de protestos começou quando a polícia prendeu oito estudantes e trabalhadores (aparentemente membros de uma organização de esquerda) enquanto eles estavam distribuindo panfletos chamando por um "Dia de Lutas" no primeiro de maio. Protestos rapidamente se alastraram depois que estudantes e membros da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo lançaram panfletos exigindo a liberdade dos militantes de esquerda presos.

Para o receio de Geisel, o 5 de maio trouxe 10 mil estudantes (apoiados pelos metalúrgicos) para as ruas de São Paulo no que foi o maior protesto de rua desde 1968. O ato de rua – que eletrificou todo o espectro da vida política brasileira – testemunhou a publicação da segunda "Carta Aberta ao Povo Brasileiro", que num formato mais político exigiu "que as autoridades respeitem a liberdade de protestar e o direito à expressão e à organização de todos os setores oprimidos da população" (*) (citado na *Intercontinental Press*, 13 de junho).

O desafio aberto às autoridades exibido no 5 de março em São Paulo atingiu o descontentamento generalizado da população trabalhadora brasileira com as contínuas arbitrariedades e repressão do regime. Sob o impacto do colapso do "milagre brasileiro" (que economistas burgueses impressionistas tais como Walt Rostow haviam tomado como prova do "estágio de propulsão" de teorias antimarxistas do desenvolvimento industrial) divisões ficaram aparentes mesmo dentro da camarilha bonapartista dominante. Cada vez mais isolado, Geisel foi forçado a dissolver o Congresso em abril e ficou sob pressão crescente da oposição de mentira do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de renovadas agitações de descontentamento entre oficiais de baixa patente do exército.

As atividade grevistas se ampliaram, e por volta do "Dia Nacional de Lutas" de 19 de maio, ao menos 10 universidades ficaram fechadas. Atos de rua se espalharam por 16 cidades, incluindo Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Brasília (onde toda a população estudantil de 15.800 entrou em greve).

A polícia em todo o país atacou protestos de uma forma que testemunhas visuais descreveram como a repressão mais imoral desde 1968. 77 mil policiais e tropas foram colocados em alerta em São Paulo enquanto estimados 8 mil estudantes marchavam na escola de medicina da Universidade. Conforme a polícia se aproximou para prender os participantes do protesto, ela bateu em repórteres que estavam, apesar da censura do governo, cobrindo os eventos desde cedo.

Encontro Nacional de Estudantes

Logo depois do "Dia Nacional de Lutas", "Comitês de Anistia Primeiro de Maio" começaram a se espalhar pelo Brasil conforme estudantes buscavam criar corpos nacionais para avançar a sua luta por direitos democráticos. Em São Paulo foram criados Diretórios Centrais de Estudantes livres. Nas palavras dos organizadores estudantis, estes corpos "são livres porque nós não seguimos as leis impostas pelas autoridades, que não permitem eleições livres diretas e restringem nossa liberdade de protestar e organizar". Mais de 16 mil dos 30 mil estudantes da Universidade de São Paulo participaram das eleições do Diretório Central.

Enquanto isso, uma tentativa foi feita para reviver a União Nacional dos Estudantes, a organização banida que liderou os protestos estudantis brasileiros durante os anos 1960. Foi publicado um chamado por um "Encontro Nacional" em 4 de junho em Belo Horizonte - a capital do estado industrial de Minas Gerais - com o objetivo de eleger um órgão de liderança delegada em escala nacional.

A repressão policial mais uma vez se intensificou conforme o governo tentou interromper os protestos prendendo os líderes da greve estudantil. No Rio de Janeiro, 30 estudantes suspeitos de serem delegados do Encontro foram presos, interrogados e liberados só depois

que já era muito tarde para viajar para Belo Horizonte. Em São Paulo, a polícia não conseguiu prender os delegados, mas de acordo com a revista semanal *Veja* (8 de junho), "a polícia de São Paulo tem em suas mãos os nomes de um bom número de delegados ao Encontro – as contas serão acertadas no seu retorno a São Paulo" (*). Quando o Encontro foi realizado como planejado, a polícia atacou e prendeu em massa mais de 800 estudantes; 98 serão julgados sob a draconiana Lei de Segurança Nacional.

"SWAT" ao Estilo Brasileiro

O palco foi armado para um grande confronto no segundo "Dia Nacional de Lutas" chamado pelos líderes estudantis para 15 de junho.

A atividade foi centrada em São Paulo, onde 32 mil policiais foram mobilizados – dois mil ocupando uma praça central para onde os protestos foram chamados para a hora do rush no início da noite. O cabeça da "segurança pública", coronel Erasmo Dias, chegou no lugar e aproveitou a oportunidade para demonstrar as suas mais recentes "novidades" anti-protestos para a imprensa reunida: uma "lanterna" que projeta uma irradiação de alta intensidade capaz de cegar os participantes dos protestos por vários minutos, latas de gás lacrimogêneo que cabem no bolso (que ele "jocosamente" jogou para os repórteres) e uma coleção de rifles M-16 (muito populares entre o exército brasileiro após a introdução da série de televisão norte-americana "SWAT"). Balançando descontroladamente o seu revólver *Browning* de 9 milímetros favorito, o chefe Dias trovejou, "Ninguém vai passar por aqui" (citado em *Veja*, 22 de junho).

Apesar da vigilância da polícia, um audacioso grupo de estudantes conseguiu realizar uma rápida marcha na praça. Evitando o escrutínio da polícia, aproximadamente 50 estudantes (em uma praça que em geral comporta 500 mil durante a hora do rush no início da noite) começaram a cantar "Liberdade, Liberdade!". Uma vez começado, o canto foi uma deixa. Dias e os seus soldados entraram em um espanto atordoado quando a praça de repente ganhou vida com pessoas gritando em protesto. O que pareciam ser meros transeuntes e compradores acabaram se mostrando estudantes em protesto esperando a deixa para emergir das filas de ônibus e lanchonetes.

Quando a polícia começou a perseguição com cães treinados e a bater com selvageria em quem protestava com cassetetes e cintos, espectadores torciam para os estudantes, e as ruas ficaram inundadas de confetes jogados das varandas acima. Até mesmo os donos de lojas da vizinhança se solidarizaram com os estudantes. Os cinemas de São Paulo abriram as portas gratuitamente no dia seguinte em gesto de solidariedade.

Checando na imprensa, as greves continuam. Dez universidades estão completamente fechadas, ou por protesto estudantil ou por retaliação da administração. Encontros do corpo estudantil da Universidade de Brasília continuam votando unanimemente pela manutenção da greve - e o reitor fechou a escola por todo o período do recesso de julho. (Além disso, um Terceiro Encontro Nacional de Estudantes havia sido agendado para São Paulo em 21 de junho).

Abaixo Geisel!

Apesar da coragem manifesta dos estudantes radicais, falta ao protesto centrado no campus uma estratégia para a derrubada revolucionária da ditadura Geisel. Faixas proclamando "Trabalhadores e Estudantes, Unam-se" apareceram nos atos de rua, mas prevaleceu muito mais o slogan moralista "Ficar calado é ser cúmplice" (o equivalente brasileiro do ditado da Nova Esquerda "Se você não é parte da solução, você é parte do problema"). As "Cartas Abertas" ao povo brasileiro foram seguidas por uma carta aberta para [a primeira-dama norte-americana] Rosalyn Carter durante a sua estada no país - repleta de apelos pelo fortalecimento dos "direitos humanos" no Brasil. Ainda por cima, *The Economist* (28 de maio) publicou uma fotografia de estudantes vendando um busto de John Kennedy para "proteger os seus olhos" contra a investida policial - como se Kennedy não tivesse sido responsável por treinar torturadores da América Latina e dado uma mãozinha para ajudar tiranos de meia-tigela e ditadores militares através da sua, assim chamada, "Aliança para o Progresso".

Além disso, estudantes em protesto por inúmeras ocasiões não apenas uniram forças com o MDB - o que, por si, só não está incorreto - mas expressaram ilusões com as suas pretensões democráticas. Com as crescentes fissuras no governo militar, todo mundo no Brasil está pagando tributo à demagogia populista "democrática" - de Geisel em diante. Quando Geisel alterou arbitrariamente a Constituição brasileira em abril passado, de tal forma que a indicação de governadores dos estados estaria firmemente nas mãos dos seus lacaios, ele destruiu as esperanças de políticos do MDB que esperavam chegar ao poder em vários estados na próxima eleição. Consequentemente, o MDB foi levado a uma "oposição" de faz-de-conta a Geisel. As declarações ultra-democráticas do MDB foram tão longe a ponto de chamar por uma *"Assembléia Constituinte que seja a síntese da luta pela legalidade democrática e a restauração da dignidade jurídica ao país"* (*) (Jornal de Brasil, 19 de junho).

Mas aparte da sua retórica pseudo-democrática, o MDB pode ser contado entre aqueles que se opuseram aos estudantes no momento em que suas lutas estavam para colocar um desafio sério ao regime. O MDB foi formado em 1965 pela junta militar para cumprir o papel de "oposição eleitoral" domada à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) cativa dos militares. O MDB, que incluiu formações tais quais o Partido "Trabalhista" burguês do antigo homem-forte Getúlio Vargas, foi cúmplice nas atividades sanguinárias da ditadura brasileira ao longo do seu reino de terror de treze anos. Os estudantes não devem confiar em nenhum setor da burguesia brasileira para se

oporem ao terror militar continuado. Os militares tomaram o poder em 1964 para prevenir o antigo presidente João Goulart de levar adiante a sua proposta de implementar a mínima reforma agrária (muito menos "reformadora" do que aquela realizada pelos governos burgueses na Itália e na Guatemala no período pós-Segunda Guerra), e dar restritos direitos democráticos aos soldados e oficiais não-comissionados. O medo de excitar as massas era tão intenso entre todas as seções da burguesia que não houve oposição significativa ao golpe – apesar do conhecimento de que o governo militar iria monopolizar o poder político em suas mãos. Assim, mesmo do alto da sua "oposição", os líderes parlamentares do MDB tomaram as dores de denunciar os protestos estudantis em junho (*Veja*, 22 de junho).

Na época de decadência capitalista, a tendência para regimes bonapartistas – geralmente baseados nos militares – aumenta em países onde a dominação imperialista e a indústria moderna às vezes se colocam lado a lado com condições agrárias semi-feudais. As pretensões populistas "democráticas" dos oficiais de baixa patente e oposicionistas domesticados não são nada além de demagogia de pequenos aspirantes a Bonaparte fora do poder. Esses são os "oposicionistas" que ficaram parados observando enquanto os generais brasileiros fizeram por um período de treze anos o que a Aliança Anti-comunista Argentina tem feito nos últimos anos: assassinar, torturar e oprimir sem piedade.

Por um Governo Operário e Camponês no Brasil!

No contexto de desenvolvimento desigual e combinado do Brasil, o que começou como um protesto estudantil floresceu e atingiu um reservatório de ódio generalizado pela ditadura: o "milagre brasileiro" se mostrou um fiasco e no seu fim permanecem a mesma pobreza de massa, terror policial e pilhagem imperialista. Os modernos arranha-céus e fábricas tecnologicamente avançadas coexistem com favelas que se alastram e com a miséria abjeta dos peões que trabalham nos latifúndios. Isso fornece uma prova dramática de que na época imperialista, enquanto a burguesia mantiver o poder de Estado, os países atrasados como o Brasil não podem nem atingir o nível dos países industriais desenvolvidos nem elevar qualitativamente o padrão de vida das massas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, um levante revolucionário centrado na classe trabalhadora contra os chefes militares iria claramente gerar um apoio popular de massas – incluindo largos setores da pequeno-burguesia urbana.

Em nenhum outro lugar está mais claro, e em nenhum outro lugar é mais importante lançar as bases para ações unitárias entre a classe trabalhadora e os estudantes radicalizados de São Paulo – a clássica cidade explosiva do Brasil. Neste moderno centro industrial ainda não existem esgoto ou saneamento básico para muitos dos seus 11 milhões de habitantes. O trabalhador médio – cujo salário de fome é rapidamente corroído pelos 44% anuais de inflação – perde seis horas por dia simplesmente viajando para ir e voltar do trabalho. O desemprego, que é endêmico entre as massas não-qualificadas, tem crescido agudamente mesmo entre os trabalhadores qualificados, dos quais 5.500 trabalhadores automotivos, assim como eletricitários e operários da construção civil foram colocados recentemente na rua.

A emancipação social das massas brasileiras empobrecidas e horrivelmente oprimidas espera a tomada do poder pelo proletariado e a formação de um governo operário e camponês. Os protestos estudantis de hoje devem ser conectados com o poder estratégico do proletariado nas zonas industriais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

As massas urbanas e rurais devem ser mobilizadas ao redor de um programa revolucionário que inclua as demandas democráticas, inclusive a liberdade imediata de todas as vítimas da repressão de direita, por plenos direitos sindicais, por uma revolução agrária avassaladora, por liberdade de expressão, imprensa e de associação política, e por uma genuína assembléia constituinte baseada no sufrágio universal. A luta pelas liberdades democráticas, a derrubada dos generais brasileiros e a expropriação dos vorazes imperialistas exigem, acima de tudo mais, a construção de um partido trotskista brasileiro, seção de uma Quarta Internacional reconstruída.



Lutas estudantis reacenderam o combate à ditadura em fins da década de 1970, e em parte se integraram às causas da classe trabalhadora. (fotografiaemrevista.com.br)

NOTA DA TRADUÇÃO

(*) Todos os trechos indicados com um asterisco no fim foram traduzidos para o português a partir da versão em inglês do artigo de *Jovem Spartacus*, e podem não coincidir exatamente com o original em português.



Sobre os Recentes Eventos no Paraguai

Julho de 2012

No último dia 22 de junho, o então Presidente do Paraguai, **Fernando Lugo**, foi destituído de seu cargo através de um processo "relâmpago" de impeachment votado pelo Congresso por maioria absoluta. A acusação: "mal desempenho de suas funções". Apesar de o processo ter ocorrido sem desrespeitar *formalmente* a Constituição do país, as suas características mostram a forma com a qual a burguesia paraguaia conduz seu Estado. Os eventos se desenrolaram em cerca de 30 horas, enquanto um impeachment costuma levar no mínimo algumas semanas para que haja tempo para que a defesa se prepare e também para que sejam apresentadas provas contra o acusado. Diversos movimentos sociais e mesmo governos de países vizinhos se opuseram ao processo por considerarem sua condução sumária.

Lugo foi eleito Presidente em 2008 através da coalizão **Aliança Patriótica para a Mudança** (**APC** em espanhol). A APC foi uma frente de oposição com o objetivo de derrotar o **Partido Colorado**, que dirigiu uma sangrenta ditadura militar por mais de três décadas (1954-89) e ainda hoje é a maior legenda do país, tendo ficado por mais de 60 anos no poder. O principal partido da APC, e que indicou o vice de Lugo, foi o **PLRA** (Partido Liberal Radical Autêntico), segunda maior legenda do Paraguai e também representante da burguesia. Também integravam a coalizão, com menor poder de decisão e de forma politicamente subordinada, alguns movimentos e partidos camponeses e proletários – praticantes da colaboração de classes.

Durante sua campanha eleitoral Lugo prometeu realizar uma ampla reforma agrária. A distribuição da terra é uma tarefa urgente tendo em vista que apenas 2% da população paraguaia é proprietária de 85% de todas as terras do país **[1]**. Devido à alta concentração fundiária, essa foi uma promessa recebida com grande entusiasmo pelos "carperos" (como se chamam os sem-terra paraguaios), que travam uma luta encarniçada com os latifundiários através da ocupação de terras e criação de assentamentos.

Mas durante seus aproximados três anos e meio de duração, o governo burguês de Lugo não realizou avanços significativos de reforma agrária, abandonando suas promessas logo nas primeiras semanas de governo. Nenhum resultado diferente poderia ser esperado se levarmos em conta que Lugo, apesar de eleito pelo voto dos carperos e trabalhadores urbanos, foi financiado e coligou-se com seus inimigos — os partidos dos latifundiários e empresários — e dependeu deles todo o tempo.

Assim, o governo de Lugo foi marcado por um recorrente discurso que visava obter a simpatia da classe trabalhadora e dos camponeses pobres, ao mesmo tempo em que na realidade governava para satisfazer os interesses da burguesia nacional e imperialista. E além de tal discurso demagógico e populesco de Lugo, também cumpriu um papel central na manutenção da ordem burguesa a sua proximidade com setores dos movimentos sociais, cooptando as lideranças traidoras como forma de convencer as massas de carperos, trabalhadores e a camponeses para não irem contra seu governo e conterem suas lutas. Esta dinâmica serviu bem à burguesia paraguaia durante certo tempo.

Com a radicalização das lutas pela terra este ano (e o consequente aumento da influência de grupos guerrilheiros como o Exército do Povo Paraguaio) essa política mostrou seus limites e os principais setores da burguesia viram necessidade de uma postura mais enérgica. Em 15 de junho deste ano, uma fazenda adquirida ilegalmente por um ex-senador colorado e ocupada por cerca de 150 carperos foi palco de um massacre que terminou na morte de 11 trabalhadores sem-terra, assassinados pelas forças policiais enviadas ao local. Tal desenlace foi resultado de um confronto armado, que demonstra o crescimento da radicalização e da preparação militar dos carperos. 6 policiais caíram mortos de um total de 300 homens enviados para reprimir a ocupação **[2].**

O massacre de Curuguaty, como ficou conhecido, foi um caso extremo, mas não isolado. Outros conflitos já vinham ocorrendo em diversas regiões do país entre proprietários (armados com seus jagunços) e carperos em luta, também resultando em mortes. Um dos que mais atingiu notoriedade e que continua a ocorrer é o de Ñacunday, onde mais de cinco mil famílias ocuparam terras pertencentes a "brasiguaios" — proprietários brasileiros que migraram para o país vizinho nos anos 60 e tomaram ilegalmente terras então desocupadas.

Com a intensificação dos conflitos por terras, a coalizão de Lugo entrou em crise e a oposição de direita a seu governo se fortaleceu. O primeiro resultado dessa querela entre setores da burguesia paraguaia foi a queda do Ministro de Interior de Lugo, alvo de críticas pela oposição de direita, e que foi substituído por um membro do Partido Colorado, Rubén Candia, figura mais propensa a empregar com ainda mais vigor os métodos repressivos. Posteriormente, sob a forte pressão da luta de classes no interior do país, o PLRA abandonou a coalizão de Lugo e somou forças no Congresso ao Partido Colorado.

A oposição burguesa do Partido Colorado em aliança com o PLRA decidiu ir além e fazer do próprio Lugo seu alvo. Como juntos os dois partidos passaram a controlar a maioria absoluta no Congresso, não foi tarefa difícil remover da presidência o extremamente isolado Lugo e abrir caminho para o controle do Executivo através do vice do PLRA, Frederico Franco. Um processo de impeachment foi aprovando na Câmara dos Deputados no dia 21 de junho e a destituição de Lugo deu-se através de uma votação no Senado no dia seguinte, por uma vantagem de 39 votos contra 4.

Um documento da Embaixada dos Estados Unidos no Paraguai, datado de 2009 e vazado pelo WikiLeaks, deixa



Atirador de elite protege sede do Congresso durante a votação do impeachment. (Cesar Olmedo/AP)

claro que esse plano já vinha há muito sendo considerado, e esperava-se o momento propício para remover Lugo do poder, abrindo assim caminho para que o PLRA assumisse a presidência e os colorados indicassem o novo vice a partir da sua supremacia no Congresso **[3]**.

Tendo em vista o programa político e a história dos partidos envolvidos nessa sórdida jogada, não é surpreendente que o "impeachment" tenha sido realizado às pressas. Uma vez aprovada a acusação na Câmara, o "tribunal" composto por senadores foi estabelecido e o processo julgado em menos de dois dias. A pressa se explica principalmente pelo temor dos congressistas em dar tempo para que os apoiadores de Lugo nos movimentos sociais tomassem as ruas em protestos, e principalmente que caravanas de carperos fossem até a capital defendê-lo.

A caracterização do processo e a posição revolucionária

A queda de Lugo e a ascensão de Franco à presidência foi diferente dos golpes de Estado que aconteceram no Haiti em 2004 ou em Honduras em 2009. Claro que coberturas "legais" são sempre utilizadas por agentes da burguesia para disfarçar suas medidas ilegais ou antidemocráticas. Mas o centro do que comumente se considera um ***golpe de Estado***, ou seja, um atentado armado contra a democracia burguesa a partir da mobilização dos aparatos repressivos (e que por vezes coloca estes no centro do poder), esteve em grande parte ausente nessa situação. Ainda que consideremos a cínica declaração da cúpula das Forças Armadas de que estas "respeitariam a decisão do processo" (como se o mesmo não fosse um jogo de cartas marcadas), não foi a ação destas que derrubou Lugo.

Alguns grupos na esquerda tem caracterizado o processo como um "golpe de Estado" puro e simples. Outros estão sendo mais cuidadosos e utilizando termos como "golpe branco" ou "golpe institucional". Nomenclaturas à parte é importante atentarmos para os limites da própria democracia burguesa do Paraguai, que deu respaldo para que Franco e o PLRA subissem ao poder embasados na própria Constituição do país **[4]**.

Mas, diferente dos comentaristas liberais, não pautamos nossas posições pelo "respeito à lei". Como marxistas, enxergamos a lei como produto da luta de classes, criada para ordenar a dominação da burguesia sobre o proletariado e também estabelecer algumas regras entre as próprias disputas internas da burguesia. Temos clareza de que a própria Constituição paraguaia permitiu a destituição sumária de Lugo porque a intensidade dos conflitos políticos historicamente existentes nesse país exigiu da burguesia se precaver com esse tipo de instrumento legal.

E apesar de reconhecermos que não houve uma ruptura *institucional* da democracia burguesa (característica principal em um golpe de Estado), encaramos que a jogada realizada pelo PLRA, pelo Partido Colorado e por outros setores da oposição burguesa à Lugo possuiu um caráter intrinsicamente ***reacionário*** e ***antidemocrático***. E tal caráter não deriva meramente da "ruptura do processo democrático", como diplomatas de países vizinhos têm afirmado, mas sim do fato de ser um movimento contra a classe trabalhadora e os camponeses – os verdadeiros alvos, ainda que indiretos – buscando estabelecer bases mais favoráveis à repressão de suas lutas e à proteção dos interesses da burguesia.

Assim como esses setores exigiram a nomeação de um reacionário do Partido Colorado para o cargo de Ministro do Interior com o objetivo de reprimir com maior firmeza as ocupações de terra, os mesmos também resolveram cortar os laços entre governo e lideranças pelegas dos movimentos sociais, com a clara intenção de deixar de lado a cooptação política e priorizar o método dos cassetetes e fuzis. Basta reparamos na justificativa para a destituição de Lugo: este não estava "cumprindo seu dever" na contenção dos sem-terra. Certamente esses senhores do PLRA e do Partido Colorado encaram que o erro de Lugo e de seu ex-ministro do Interior em Curuguaty não foi o de ter reprimido e assassinado os carperos em luta, mas sim de ter demorado em fazer isso e ter dado tempo para que estes se fortalecessem e criassem condições para resistir aos policiais, chegando a heroicamente derrubar alguns deles.

Portanto, ***nos opomos firmemente à manobra desses senhores do PLRA, do Partido Colorado e companhia e à subida de Franco à Presidência***. Isso não significa, entretanto, que apoiamos politicamente Lugo e seus aliados. Pelo contrário, foi o próprio governo Lugo que, pelo seu projeto de conciliação de classes e seus ataques à classe trabalhadora e aos camponeses pobres, permitiu o fortalecimento daqueles que o tiraram do poder e garantiu as condições do seu triunfo. Lembramos que o próprio Lugo aceitou a entrada do Partido Colorado em seu gabinete na importante posição de Ministro do Interior. Também não vamos nos esquecer de que o massacre de Curuguaty ocorreu não sob o governo de Franco, mas sim sob o governo do próprio Lugo.

Nesse sentido, a melhor maneira prática de impedir a jogada suja do PLRA e de seus aliados sem comprometer a independência de classe do proletariado, era atacando a

propriedade privada, através da intensificação das invasões de terra no campo e da construção de greves políticas nas cidades. Essa medida não só enfraqueceria a oposição burguesa à Lugo e poderia fazê-la recuar em sua investida como também enfraqueceria o próprio Lugo e seu projeto de manutenção do capitalismo, cimentando o caminho para uma verdadeira situação revolucionária que desembocasse em um governo direto do proletariado em aliança com seus irmãos camponeses.

Lugo governou *para* e *com* a burguesia e tem sangue nas suas mãos assim como todos os outros defensores dos latifundiários, independente das suas diferenças em termos de que métodos utilizar para preservar o capitalismo e enfraquecer a luta pela terra. Para nós, Lugo deveria ter sido tirado do poder, mas não pelos latifundiários reacionários que ele buscou proteger, e sim pelos carperos e proletários que ele trabalhou para oprimir e explorar. Frente a exigências ou ilusões de que Lugo deveria retornar ao poder, devemos dizer abertamente que ***ele não merece a mínima confiança ou apoio da classe trabalhadora e dos camponeses pobres!***

Diante da destituição de Fernando Lugo, a tarefa de construir um enfrentamento feroz com a burguesia reacionária está em dia. Protestos contra o "golpe palaciano" do PLRA têm ocorrido em diversas regiões do país. E mesmo que em grande parte os manifestantes não estejam simplesmente se opondo à manobra palaciana, mas também apoiando Lugo politicamente e exigindo seu retorno à presidência, cabe aos revolucionários intervirem neles com seu programa próprio. É fundamental disputar a consciência dos companheiros em luta para romperem politicamente com Lugo e adotarem um programa classista e revolucionário.

Com o crescimento desses protestos, pode ser que os representantes do Partido Colorado e seus novos velhos amigos do PLRA apelem para a violência brutal que foi desnecessária em um primeiro momento, devido à falta de resistência por parte de Lugo e seus apoiadores. É fundamental, portanto, educar os trabalhadores no caminho da autodefesa e utilizar o calor das mobilizações para construir milícias populares e impedir novos Curuguaty perpetrados pela burguesia reacionária.

O eixo central da luta contra a manobra da direita paraguaia deve ser a independência de classe dos trabalhadores e a ação direta, em aliança com os camponeses pobres. As tarefas do proletariado paraguaio frente à atual situação são ocupar terras no campo, realizar greves políticas nas cidades contra o novo governo e construir autodefesas contra possíveis ataques da burguesia, rejeitando toda e qualquer confiança ou apoio a Lugo, assim como a mediação de organismos burgueses internacionais, como a UNASUL.

Cabe aos trabalhadores nos outros países adotar uma atitude internacionalista com relação aos seus irmãos de classe. Devemos tomar as ruas e realizar greves de apoio aos proletários e carperos paraguaios em sua luta contra o governo de Franco ou de qualquer outro peão da burguesia. Desde o Brasil, devemos rechaçar firmemente o posicionamento dos proprietários "brasiguaios" (de apoio a Franco) e auxiliar nossos irmãos de classe no Paraguai a responderem esses senhores com a expropriação imediata de suas terras.

Ao realizar tais ações de solidariedade ao mesmo tempo em que também se colocam contra as próprias burguesias e seus governos, as greves, protestos e outras ações proletárias mostrarão o verdadeiro caminho internacionalista dos trabalhadores contra as classes dominantes que os exploram e oprimem.



Carperos armados de facões e porretes em Ñacunday, onde enfrentam sojeiros brasiguaios e seus jagunços (Michel Filho / Agêncio O Globo).





Não deixe de ler nosso novo livreto temático: Marxismo & Questão Negra - Documentos Históricos (1920-1987).

Acesse e confira:
reagrupamento-rr.blogspot.com